

### 3

## **A dinâmica interativa entre pais e filhos adultos coabitantes**

Este capítulo visa articular bases conceituais, com o objetivo de compreender uma dinâmica familiar específica, a relação entre pais e filhos adultos coabitantes. Entendemos que essa dinâmica seja um lugar no qual os indivíduos vivem um interjogo, calcado em suas experiências, em suas próprias histórias de sucessos e fracassos e em suas buscas constantes de um espaço maior de autonomia relacional. A dimensão relacional entre pais e filhos adultos será, aqui, privilegiada e tecida a partir de múltiplos olhares, sobretudo daqueles oriundos do campo teórico das terapias familiares.

O campo teórico formado por diferentes vertentes do domínio das terapias familiares nos fornecerá uma ampla rede conceitual. Nesta esfera, pretendemos realizar um rastreamento, uma escavação, um garimpo de idéias e conceitos que se desdobrarão em outros, provenientes de outras dimensões do conhecimento, compondo, assim, um espaço suficiente de reflexão e discussão de nosso complexo tema.

Pretendemos expor esses conceitos, contextualizando-os em nossa área de interesse, para não perder de vista o cenário histórico, sociocultural e o pensamento da atualidade. Sem o entrecruzamento dessas dimensões, acreditamos não poder dispor de um conjunto circunstancial para realizar o debate entre as idéias e os novos conceitos que irão surgir à medida que avançamos em nossa meta. Essa dinâmica será apreendida em seu aspecto psicológico e sob a perspectiva da interação. Concentrar-nos-emos, como já dito, na interação entre pais e filhos adultos e em todo o contexto de sua emergência.

Articulando essas diferentes visões a respeito da dinâmica familiar, acreditamos poder organizar as bases conceituais selecionadas e, simultaneamente, refletir sobre o nosso tema. Sendo assim, criaremos, sobretudo, um contexto de reflexão e compreensão sobre essa dinâmica, enfatizando como ela é construída na vida doméstica em família. Em outras palavras, nos concentraremos em estabelecer um percurso teórico que nos permita jogar luz

sobre esse universo relacional, tanto no que concerne ao conhecimento de sua estrutura e os aspectos psicológicos que a norteiam, quanto no que diz respeito ao processo de transformação das subjetividades, desencadeado na situação interativa.

Consideramos relevante iniciar essa abordagem com a formação do casal conjugal, que nos termos de Puget e Berenstein (1993), se apresenta como uma estrutura vincular entre duas pessoas, que estabelecem o compromisso de fazer parte dela, em toda a sua amplitude, cumprindo ou não os seus acordos. Os autores apontam que a primeira dificuldade em viver essa estrutura, denominada convencionalmente casal conjugal, vem a ser o desprendimento dos vínculos parentais de cada um dos membros. Isso quer dizer que a constituição do casal implica a resolução ou não da separação destes vínculos familiares originais e o enfrentamento da dor dessa descontinuidade.

Lévi-Strauss (1983) nos fala do paradoxo constituído pelo fato de que é preciso uma família morrer para que outra possa nascer:

A sociedade não permite às famílias restritas que durem senão por um determinado espaço de tempo, mais curto ou mais longo segundo os casos, mas com a condição imperativa de que seus membros, quer dizer, os indivíduos que as compõem, sejam, sem tréguas, deslocados, emprestados, apropriados, cedidos ou devolvidos, por forma a que com os bocados das famílias desmanteladas, outras possam ser construídas antes de, por seu turno, caírem em pedaços. (Lévi-Strauss, 1983, p. 97)

A relação da família com a sociedade é dinâmica, tensa e contornada por oposições que variam de acordo com “as épocas e os lugares”. O sistema social impõe aos indivíduos que dele fazem parte e aos grupos familiares a eles vinculados por nascimento, “contínuas contradanças”.

O viés antropológico do autor pode ser matizado pela vertente psicanalítica com casais, que nos mostra a constituição de um casal conjugal como uma estrutura inédita. “É o resultado das transformações dos modelos parentais de cada um na nova unidade representável no próprio casal”, ressaltam Puget e Berenstein. (1993, p. 4) A conjugalidade, para esses autores, é apresentada da seguinte forma:

O casal é uma estrutura vincular entre duas pessoas, isto é, uma relação intersubjetiva estável entre um ego e outro ego, onde tem cabimento o mundo intra-subjetivo de cada um, e onde o vínculo, por sua vez, ocupa uma área diferenciada da estrutura objetal. A estrutura vincular complexa de casal, embora concebida geralmente como fechada, contém uma zona dotada de capacidade virtual de abertura para o sociocultural, para dar lugar ao desdobramento do vínculo com os filhos, passando a ser uma estrutura familiar. (Puget e Berestein, 1993, p. 18)

Nesta visão de estrutura vincular confluem dois modelos teóricos, um advindo das ciências sociais e outro da psicanálise, ou, mais especificamente, do conceito de aparelho psíquico. Podem ser distinguidas, então, em tal estrutura, duas representações: uma do contexto macrossocial e outra orientada pelo desejo e pelo complexo de Édipo. Iremos destacar a representação sociocultural, enquadrada pelos autores na estrutura conjugal em quatro especificações, que eles denominam de parâmetros definitórios. Estes parâmetros são provenientes do mundo social<sup>3</sup> que normatizam o campo do permitido, assim como o do proibido. São eles: a cotidianidade, o projeto vital compartilhado, as relações sexuais e a tendência monogâmica.

A cotidianidade, para o espaço vincular, é um organizador dos ritmos de encontros e desencontros. Define um espaço-tempo, intercâmbios diários, e propõe aos egos lugares vinculares e mentais, de uma certa forma fixos, como, por exemplo, os lugares estáveis em que se sentam à mesa, em que ocupam a cama, o armário, entre outros. Dessa forma, a cotidianidade se constitui como um aspecto organizador da relação, ao propor uma estabilidade aos egos, criando lugares estáveis no dia-a-dia da esfera relacional.

O projeto vital compartilhado se situa na dimensão do futuro e se inicia com a aquisição de uma linguagem em comum com significado compartilhado. O modelo paradigmático de projeto futuro do casal passa pela criação de filhos, reais ou simbólicos. O casal requer um enquadramento, uma estabilidade, para sustentar o projeto, renegociá-lo ou partir para um novo. Caso haja a perda do projeto, podem não saber o que foi perdido com ele.

---

<sup>3</sup> Esses parâmetros definitórios possuem um registro no mundo psíquico, provenientes das primeiras experiências do indivíduo em interação com os pais, que podem ser observados nos acordos e pactos inconscientes do casal.

Quanto às relações sexuais, o sistema social as prescreve ou as proíbe, como o caso das relações não-matrimoniais, entendendo esta questão em um contexto tradicional de sociedade. E a tendência à monogamia, segundo os autores, deve ser tomada como classificatória e definitiva de uma marca simbólica, a preferência. Nas sociedades que prescrevem a exogamia, um parceiro pode adquirir a qualidade de único.

Identificamos nos dois primeiros parâmetros definitórios de Puget e Berenstein (1994) – o projeto vital compartilhado e a cotidianidade – uma fértil possibilidade articulatória direcionada ao nosso texto. A estabilidade adquirida no ritmo da cotidianidade, remete a espaços fixos e rígidos na dinâmica familiar, espaços estes complementares e sustentados por acordos e interesses dos membros. O projeto de vida compartilhado pode funcionar como um relato dominante e gerar uma incapacidade de negociar um novo momento do ciclo vital familiar.

Paralelamente, uma outra questão apresenta-se como bastante profícua nesses momentos iniciais de nosso debate: a parentalidade. Para Lévi-Strauss (1983), na sociedade contemporânea, a família é caracterizada pelo casamento monogâmico, pela residência independente do casal, pelas relações afetivas entre pais e filhos. Todavia, existem sociedades, culturalmente mais rudimentares, nas quais as mesmas características são encontradas. Este é o caso dos Nambikwara, do Brasil central, em cuja estrutura social o autor observou e identificou os pares casados, estreitamente unidos por laços sentimentais, por uma cooperação econômica e por um interesse comum que prestavam aos seus filhos. Estas características poderiam levar-nos a um julgamento errôneo acerca da universalidade desta formação, nos diz Lévi-Strauss.

A família conjugal não é a expressão de uma necessidade universal nem está inscrita no âmago da natureza humana: ela representa uma solução intermediária, um certo estado de equilíbrio entre fórmulas que se opõem a ela e que outras sociedades preferiram. (Lévi-Strauss, 1983, p. 83)

Entendemos a função da parentalidade, na família, como uma forma de relacionamento interno instituída por investimento afetivos. Esta economia define diferentes desenhos familiares, que a configuram de maneiras distintas. Evidentemente, a noção de parentalidade comporta a díade pais e filhos e a

dinâmica interativa envolvida, em todos os níveis. Esta parentalidade, no entanto, parece não se colocar disponível ao desinvestimento, em alguns casos. Certamente, a experiência do ninho vazio é fator de grande carga emocional para a família e manter os papéis familiares preservados se mostra como possibilidade de evitar a dor da separação.

Podemos pensar que a família da qual falamos constitui um território privilegiado no qual coexistem “acordos” e “interesses” que garantem a convivência. O alto investimento afetivo feito pelos pais no exercício de suas funções de pais provoca, como ação recíproca, a atitude dos filhos de corresponder a esse investimento mantendo as funções de filhos. A noção de complementariedade de funções é determinante para o estabelecimento dessa premissa, uma vez que é através da vivência dessas dimensões interativas que compreendemos a dinâmica dos investimentos afetivos a que nos reportamos.

Entretanto, nem sempre foi assim, Delumeau e Roche (2000) informam que foi na “época das luzes” que se intensificou a afetividade no lar. E essa afetividade deve muito à transformação da imagem do pai, que da figura de potência divinal passa a estar a serviço da transmissão patrimonial e cultural, a qual permite aos filhos o ingresso na sociedade. O amor aos filhos se torna um sentimento legitimado e público. A noção de paternidade seria, então, construída pelo amor e proteção, tanto física quanto moral. Portanto, foi preciso o nascimento de um novo pai para que os sentimentos afetivos se tornassem uma norma familiar, aceita e reivindicada. As mães já ocupavam o lugar de portadoras “naturais” de afeto aos filhos, embora acolhamos a idéia de que esses sentimentos sejam socialmente construídos.

De toda maneira, as transformações no reduto familiar se efetivaram nos limites da casa e centradas na vida doméstica, como, também, fundadas no casamento por escolha e no amor aos filhos. A casa separou-se da comunidade e as crianças tornaram-se um dos organizadores dos sentimentos familiares. As relações humanas se privatizaram e se processaram no sentido de conferir à família uma responsabilidade maior no que tange o universo infantil. A família passou a concentrar um pouco de tudo, o cuidado com as crianças, o amor entre os cônjuges, o afeto entre todos, a preparação dos filhos para a vida e o trabalho,

entre outras atribuições. Enfim, na intimidade da casa, é que deveriam ser cumpridas estas expectativas.

Posteriormente, um movimento contrário passou a nortear a sociedade, já desta feita industrializada: a invasão da dimensão familiar pelo mundo público. Foi através da regulação das relações familiares por especialistas da esfera pública, que esta invasão se concretizou. De acordo com Lasch (1977) a cisão entre estas duas dimensões – a pública e a privada, uma característica da sociedade moderna – provocou um impasse na família. Fragilizada pelo controle social e não encontrando no mundo público uma “compensação”, observa-se, segundo o autor, a desintegração lenta e irrestrita da família. Por outro lado – e o que nos interessa nesta discussão – todo um peso é dado à relação pais e filhos nesta passagem da sociedade pré-industrial para a industrial.

Entre a responsabilidade total pela educação dos filhos e o controle exercido pelo mundo dos especialistas, os pais, diante das exigências externas, perderam uma função ou tiveram-na relativizada. O aspecto protetor da função, segundo Lasch, foi profundamente abalado pela saída da mãe de casa para trabalhar, pela crise do casamento, pelas condições do mundo do trabalho. A rede social que deveria dar o suporte protetor é, então, descrita como contraditória.

Após essa apresentação ao capítulo, ressaltamos que os conceitos a serem organizados em seqüência, foram selecionados segundo nossa familiaridade com os mesmos na prática clínica. Igualmente, foram escolhidos levando-se em consideração a sua potencial capacidade articulatória, em prol da constituição de um território fértil de reflexões, acerca da relação entre pais e filhos adultos coabitantes.

### 3.1

#### **O Ciclo vital familiar, um percurso de ressignificações**

De acordo com Nichols & Schwartz (1998), o conceito de ciclo de vida familiar tem suas bases na sociologia, especificamente, na escala da socióloga Evelyn Duvall, desenvolvida nos anos de 1940. Esta escala consistia de diferentes estágios normativos – 8 no total – referentes à familiar nuclear e presentes no processo de desenvolvimento da família. Para cada um destes estágios são

prescritas tarefas a serem realizadas. No caso do estágio 6, são consideradas a liberação dos filhos, jovens adultos, através de rituais apropriados e a assistência aos mesmos neste processo. Já no estágio 7, é incentivada a reconstrução do laço matrimonial do casal parental e a ampliação deste sistema, através de uma maior rede de relacionamentos, incluindo as gerações mais velhas e mais novas.

Carter e McGoldrick (1989), terapeutas familiares, vão mais além e adicionam aos estágios de desenvolvimento familiar, o ponto de vista multigeracional, que coloca em evidência as situações de divórcio e recasamento, bem como questões sobre gênero e etnia, doença crônica e morte e lembram aos terapeutas a importância da história dos eventos familiares. Para as autoras, a perspectiva do ciclo vital familiar envolve a consideração de três aspectos. O primeiro se refere aos estágios predizíveis da família tradicional de classe média americana, no apagar das luzes do século XX e as específicas dificuldades que elas encontram na transição de um momento para o outro. O segundo diz respeito às mudanças referentes aos padrões deste ciclo, no que concerne à ordem da “normalidade”. O terceiro carrega uma perspectiva clínica, ou seja, vê a terapia como uma possibilidade de reconduzir as famílias ao seu ciclo vital natural.

Os estágios do ciclo de vida familiar para as autoras são seis e envolvem um processo emocional de transição e mudanças de segunda ordem no *status* familiar, necessárias para se prosseguir desenvolvimentalmente.

Estágios:

- 1 – Saindo de casa: jovens solteiros
- 2 – A união de famílias no casamento: o novo casal
- 3 – Famílias com filhos pequenos
- 4 – Famílias com filhos adolescentes
- 5 - Lançando os filhos e seguindo em frente
- 6 – Famílias no estágio tardio da vida

No estágio 1, o processo emocional de transição vem a ser aceitar a responsabilidade emocional e financeira pelo eu. No que tange às mudanças na família são delimitadas as seguintes características: diferenciação do eu em relação à família de origem; desenvolvimento de relacionamentos íntimos com adultos iguais; estabelecimento do eu com relação ao trabalho e independência financeira.

No estágio 5, o processo emocional consiste em aceitar várias saídas e entradas no sistema familiar. As mudanças familiares envolvem: renegociar o sistema conjugal como díade; o desenvolvimento de relacionamentos de adulto para adulto entre pais e filhos; realinhamento dos relacionamentos para incluir parentes por afinidade e netos; lidar com incapacidade e morte dos pais (avós).

Os dois estágios descritos acima, como pode ser observado, são proposições marcantes em relação ao foco desta tese. No primeiro, o jovem adulto, segundo as autoras, teria a tarefa de se separar de sua família de origem sem no entanto romper esta relação e sem buscar um refúgio substituto. Nessa perspectiva desenvolvimentista, seria conotada de forma positiva a sua capacidade de escolha dos bens emocionais que fariam parte de sua herança familiar de origem e o abandono do que deveria ser deixado para trás. Assim, estaria adquirindo uma identidade própria e podendo assumir as rédeas de sua vida, responsabilizando-se emocional e financeiramente pelos seus atos. Porém, para que esta transição possa ocorrer, é preciso que haja, na dinâmica familiar, uma mudança em direção a uma forma menos hierárquica de se relacionar, por se tratar de um universo de adultos. Assim, as autoras colocam em relevo uma dinâmica interativa propícia, ou seja, o reconhecimento do novo *status* dos filhos adultos e uma reformulação da hierarquia, para a família prosseguir em seu ritmo de desenvolvimento.

Já no estágio considerado como o meio da vida, o 5, lançar os filhos e seguir em frente requer uma reestruturação do relacionamento conjugal, uma vez que não são mais necessárias as responsabilidades parentais. Considerado desta forma, este seria um momento familiar de força e recurso para o prosseguimento do ciclo vital. Contudo, sob a perspectiva da clínica, se este casal não consegue renegociar o novo status, esta fase pode se tornar depressiva e sem significado, um ninho vazio. Sendo assim, o casal teria dificuldade de se descolar da função parental para reorganizar suas vidas de casal, assim como de reelaborar a relação com os filhos adultos, como já dito acima. A presença dos filhos, normalmente, traz vitalidade e movimento ao espaço familiar: na ausência deles, e sobretudo quando há uma estagnação no sistema conjugal, pode ocorrer uma certa disfuncionalidade.



Cervený (1997) traz esta discussão para a realidade brasileira, ampliando os horizontes do conceito de ciclo vital através das particularidades da nossa cultura. Em sua pesquisa, focada na classe média paulista, aponta para as contradições vividas no espaço familiar deste estrato social. O contraste estabelecido entre a modernidade e o modelo patriarcal, ainda presente na estrutura familiar, se torna visível na abordagem de critérios socioculturais, históricos, étnicos, entre outros, colaborando para uma visão mais particular e menos generalista do conceito de ciclo vital familiar. Assim, a autora propõe quatro etapas, não rigidamente demarcadas, que abarcaria a família em seu processo de desenvolvimento: a fase de aquisição, a fase adolescente, a fase madura e a fase última.

A fase madura, de acordo com Carbone e Coelho (1997) agrega um nível maior de experiências de transição que as outras. A família apresenta características como: a saída do primeiro filho de casa; a possível inclusão da terceira geração ou somente os cuidados e a preocupação com a mesma e o significado e função de casamento.

As autoras chamam a atenção para aspectos da dinâmica intergeracional vivida entre os membros, que colocam em pauta a perpetuação de lealdades de afeto e sangue e transmissão de legados culturais. Esses aspectos incrementam a convivência da família com possibilidades de conflitos e ambigüidades diversas, transformando a fase em um momento delicado e difícil do desenvolvimento.

Berthoud (2003) se refere a um ciclo de parentalidade, abordando a relação entre pais e filhos como uma constante resignificação da interação entre estes. Ao pesquisar grupos parentais de classe sociocultural média e de diversas faixas etárias estabelece um *ciclo de parentalidade* caracterizado por estágios e fases, que se transformam através de uma resignificação desta parentalidade. O quinto estágio deste ciclo corresponde ao momento de vida em que o filho é um adulto e é nomeado como *o filho-outro*.

Este quinto estágio se caracteriza por uma relação de iguais vivida em família, uma relação de equilíbrio e troca.

A função parental passa a ser exercida de uma maneira transformada, pois agora as antigas tarefas – cuidador, educador, orientador e apoio – passam a ser esporadicamente exercidas, e deflagradas muito mais por sinais do filho do que pelo desejo dos pais. (Berthoud, 2003, p. 142)

Assim, é construída uma relação de iguais com o filho-outro, baseada em parceria e amizade. Esta mudança na estrutura da relação envolve a percepção de outros sistemas que interagem no relacionamento: as modificações ocorridas nos filhos, nos pais e no contexto social favorecem esta transformação. Assim, a ressignificação desta relação é considerada como de segunda ordem sistêmica, concebida segundo a ótica de que um necessita do outro para construir significados quando se trata de buscar sentido para uma experiência. A parentalidade vista sob uma perspectiva de primeira ordem envolve apenas os comportamentos dos pais, que têm como objetivo direcionar ou alterar o comportamento dos filhos em um movimento linearmente vivido, de acordo com a autora.

A saída do primeiro filho e a ressignificação do casamento são as características deste momento da família que mais nos interessam e entendemos que é a articulação das mesmas que torna esta ocasião uma experiência marcante no processo desenvolvimental. De acordo com a nossa cultura de classe média, os filhos, ao saírem de casa, deverão construir seu espaço no mundo social de forma independente dos pais, e estes ressignificarão sua função parental, agora em uma situação menos protetora e de maior distanciamento. No entanto, diante do fenômeno do prolongamento da convivência familiar, deparamos com a construção de um espaço geográfico independente dentro do próprio território da família. Os filhos adultos, em seus quartos, que seriam espaços inventados para garantir sua autonomia, alteram o significado cultural da distância física. Os pais, assim, deverão ressignificar sua função parental sem distanciamento e, provavelmente, irão resvalar em questões como controle e proteção na prática cotidiana.

Esta situação também coloca em questão a renegociação do casamento do casal parental. Os pais, ainda envolvidos com suas funções iniciais de pais, poderiam protelar o foco sobre o casamento, nesta fase de vida ainda atravessada

por fatores socioeconômicos como a aposentadoria, as dificuldades em relação à nova ordem da economia e suas perdas.

Destacamos ainda uma outra característica de extrema relevância para o entendimento desta fase, o fato de pais e filhos poderem se reconhecer como pares, isto é, como adultos e iguais. Dentre as tarefas básicas desta etapa, se encontra o preparo dos filhos para sair de casa com senso de independência e possibilidade de constituir família. Para tanto, os filhos deverão alcançar o *status* de adulto e a capacidade de gerir sua própria vida, sendo, então, reconhecidos pelos pais como tal. No caso da família que prolonga a convivência, pais e filhos se relacionam sob esta perspectiva de igualdade, contudo a vivenciam de forma ambígua, uma vez que existe um descompasso entre o tratamento e o controle exercido de forma invisível, uma hierarquia velada.

Sob o ponto de vista evolutivo, a fase do ninho vazio está sendo adiada e, em consequência, a fase anterior está sendo alargada, por conta do prolongamento da convivência. No entanto, como nos apontam Wagner e Silveira (2006), o fenômeno do *ninho cheio* se constitui como realidade nos dias atuais. Este seria uma nova forma de organização familiar, que surge em resposta às condições contextuais contemporâneas. Reveste-se de uma idéia de variação da etapa do ninho vazio e como tal, segundo as autoras, deveria ser acrescida às tradicionais fases do ciclo vital familiar. Portanto, as autoras propõem uma nova fase “que tenha como tarefa a emancipação física e emocional do adulto jovem em relação à família.” (p. 452)

A perspectiva desenvolvimentista de ciclo vital familiar, a nosso ver, estabelece normas generalistas para a família e, dessa forma, introduz “ruídos” na apreensão desse momento familiar que descrevemos. Há uma dessincronização de etapas neste tipo de família, se tomarmos como referência o modelo tradicional familiar, que cumpre as tarefas de cada estágio. Sendo assim, podemos pensar que a dimensão do coletivo que institucionaliza os patamares de passagem de uma etapa a outra ceda seu lugar para uma outra dimensão.

Essa dimensão, de acordo com Ramos (2006), é a do próprio indivíduo, que constrói um sentido referente ao momento vivido por ele, sentido esse forjado na interação através de micromudanças no território familiar. Com isso, o que passaria a valer seria aquilo que é fabricado no cotidiano familiar, discutido,

inventado, reapropriado, enfim, um saber comum da família, que definiria o momento em que vivem. Os aspectos da autonomia e dependência ganhariam um novo sentido, pois seriam constante ou diariamente avaliadas e reavaliadas, tanto em um contexto de ganhos quanto de perdas. Esse ir e vir dinâmico, dos aspectos em questão, se instala na complexidade dos contextos de vida contemporâneos, que inviabilizam uma versão “evolutiva” do ciclo vital familiar.

### 3.2

#### **A diferenciação: quando a independência e a autonomia se apresentam**

Sob o nosso ponto de vista, conhecer os diferentes graus de diferenciação ou o limiar de fusão manifestos na dinâmica interativa das famílias compostas por pais e filhos adultos pode ser de grande utilidade. Essa afirmação tem como base a compreensão do nível de proximidade emocional ou o distanciamento, suficiente ou não, no processo de desenvolvimento da dinâmica em questão. A *escala de diferenciação do self*, uma proposta de Murray Bowen, proporciona uma visão clara da luta constante entre o indivíduo e seu desejo de autonomia e a família, um domínio que demanda uma noção de coletivo.

Bowen representou uma das grandes influências na primeira década do movimento de terapia familiar. Fez parte de um grupo pioneiro que partindo da clínica e da pesquisa construiu um arcabouço teórico de peso para o tratamento de famílias. O autor pensa a família como uma variedade de sistemas e subsistemas, nos quais existe uma flexibilidade de funcionamento, de forma que um subsistema pode atuar em excesso para compensar o mau funcionamento de outro. É um mecanismo recíproco e flexível. No entanto, o sistema pode vir a perder essa característica de flexibilidade, quando um membro diante de um aumento de tensão, ansiedade ou mesmo pânico, tem sua função limitada ou paralisada, constituindo, então, uma disfunção no espaço familiar.

Segundo Nichols e Schwartz (1998), um dos conceitos fundamentais da teoria de Bowen é a noção de *undifferentiated family ego mass*. Trata-se de uma identidade emocional, aglutinada e referente a um sistema de relações entre os membros da família nuclear, na qual predomina a indiferenciação, a fusão do ego

e uma escassa diferenciação do *self*. Segundo esses autores, foi o interesse pela relação simbiótica entre mãe e filho que levou o autor a formular o conceito. Esse seria uma massa central, fonte de um determinado grau de compromisso básico emocional, que marca determinadas respostas emocionais. Bowen caracteriza este sistema de relação, em sua fase aguda, como *folie à deux*. A proximidade emocional é de tal ordem que os membros da família percebem sentimentos, pensamentos, fantasia e sonhos de forma recíproca, seria um estado clínico de grande fusão de ego.

A partir destas noções, Bowen (1988) formulou a escala de diferenciação do self. Em um extremo da escala se encontra a intensidade máxima da massa indiferenciada do ego familiar. No outro, predomina a diferenciação do *self*. O autor pontua que esta conceituação não requer um critério de normalidade e a medida que serve de base é a equivalente a uma maturidade emocional completa, que seria o nível 100 da escala, sendo que o 0 seria o da não-diferenciação. Essa escala seria uma invenção teórica, um constructo norteador, limitando-se, portanto, a uma importância teórica.

O nível mais baixo da escala, de 0 a 25 abarca as pessoas com um alto grau de fusão de ego e baixa diferenciação do *self*. Elas vivem em um mundo de sentimentos e são pouco capazes de diferenciar o sistema afetivo do intelectual. Mantêm ao longo de suas vidas um alto grau de dependência da massa de ego familiar, em consequência, buscam outros vínculos de dependência que lhes permitam funcionar de forma satisfatória. Bowen coloca o esquizofrênico grave no nível 10 da escala e seus pais, no nível 20.

Entre 25 e 50 se situam aqueles que apresentam uma fusão de ego menos intensa e um *self* ainda pouco definido. Segundo o autor, o *self* destas pessoas tem uma característica embrionária e muito fusionada com os sentimentos. Em decorrência disto, seu mundo intelectual tem pouca força, transformando-as em pessoas com pequena capacidade de dispor de opiniões e convicções próprias. Assim, elas seriam mais afeitas a uma adaptação maior às ideologias dominantes, podendo se valer da ciência, de valores culturais, religião, leis e regras, dentre outros, para sustentar seu sistema emocional. Há uma maior probabilidade de diferenciação nas famílias que se situam entre os níveis 35-50, de acordo com Bowen.

Os níveis que variam de 50 a 75 da escala concentram os que possuem um maior grau de diferenciação e um nível muito mais baixo de fusão de ego. Estas pessoas empregam mais energia em ações com metas específicas do que em seu mundo emocional. No entanto, caso funcionem sob pressão, podem tomar decisões emocionais para não desagradar seus pares, não mantendo suas próprias convicções.

No que concerne aos últimos níveis da escala, de 75 a 100, Bowen considera como exemplares destes graus aqueles que se situam na faixa de 85-95, uma vez que nunca teve oportunidade de lidar, em sua clínica, com pessoas no nível 100. O autor se refere a estas pessoas, as de nível 85-95, como possuindo a maior parte das características de uma pessoa diferenciada. Elas, desde a infância, conseguiram a diferenciação de seus pais no processo de desenvolvimento.

Graças a sua capacidade de manter para si o seu funcionamento emocional, são livres para o envolvimento em qualquer sistema de relação, inclusive as intensas, sem a necessidade de dominar ou prejudicar o seu funcionamento. Neste tipo de relação, o outro não se sente usado. (Bowen, 1988, p. 107)

Em suma, são capazes de manter o *self* bem definido em uma relação emocional. Na perspectiva de diferenciação do *self*, Bowen (1988) afirma que o indivíduo leva este *self*, programado em sua família de origem, para os seus relacionamentos íntimos. Se a questão da fusão na família foi bem resolvida, ele poderá desenvolver intimidade em seus relacionamentos de uma forma mais livre da projeção da família de origem. O autor chama a atenção para os rompimentos de relações que os filhos adultos impetram aos pais, pois, considera-os como reativos e reveladores de um grau de dependência do sistema nuclear da família. Essa forma de agir estaria vinculada emocionalmente ao programa familiar. Assim, os filhos levariam para suas relações amorosas, os mecanismos do processo de projeção familiar, dificultando, então, o compartilhamento de seu *self* com o parceiro. (p. 97)

A teoria de Bowen assume a existência de duas linhas de força que se contrabalançam, uma com tendência ao coletivo (*togetherness*) e outra à individualidade (*individuality*). Idealmente, essas forças deveriam estar em um nível de estabilidade. Contudo, quando não o estão e se voltam para o *togetherness*, há a fusão ou indiferenciação. Essa tensão resulta do processo de

experiência simbiótica vivida na relação mãe-bebê e da capacidade de diferenciação dessa massa indiferenciada de ego familiar.

O conceito de diferenciação, para Bowen (1988), se refere a um processo no qual a “individualidade e o *togetherness* são utilizados pelo indivíduo em um sistema relacional.” (p. 95) A maior parte das pessoas almeja alcançar uma maior individualidade, no entanto, “resiste em abandonar o *togetherness* requerido para essa aquisição.” (*ibid*, p. 107) Dessa forma, as famílias, na prática cotidiana, vivenciam essa tensão entre forças opostas no universo de suas interações. Da fusão à diferenciação, de acordo com a pauta do momento. O autor reforça essa noção ao comentar que o resultado do contrabalanceamento entre essas forças vitais é que “ninguém consegue completar a separação emocional da família de origem.” (1988, p. 95) Sendo assim, mesmo as famílias com altos níveis de diferenciação de *self* estariam sujeitas a momentos de vivência de fusão e indiferenciação.

A experiência nesse embate de forças no domínio da dinâmica familiar pode supor uma alternância de estados de fusão e diferenciação emocional, de acordo com as circunstâncias. Uma mesma família poderia reagir de uma ou de outra forma: em face de uma questão particular, o determinante seria o quanto o tema abordado estaria vinculado às reminiscências emocionais do *togetherness*. “Existe uma linha instintiva de base, o *togetherness*, que impulsiona a criança ou a família a permanecer conectada emocionalmente e a operar reativamente entre si.” (1988, p. 95) Por outro lado, quando os membros da família são capazes de distinguir um processo emocional de um processo intelectual, podem reagir de forma a diferenciar o sentir e o pensar, na dinâmica interativa.

O nível de estabilidade, coesão e cooperação em um grupo é influenciado pelo interjogo (*interplay*) entre individualidade e *togetherness*. A capacidade dos grupos de estarem próximos e cooperativos está ligada tanto à habilidade dos componentes em seguir suas próprias diretrizes, quanto ao grau de direcionamento das próprias orientações comuns. Esse jogo, em um plano de relacionamentos emocionais significativos e em condições satisfatórias, se dá em um estado de equilíbrio.

Relacionamentos em condições de equilíbrio existem devido ao fato de que cada indivíduo investe uma quantidade de energia em uma relação, ao mesmo tempo em que direciona, igualmente, a mesma quantidade de energia, na vida separada de seu relacionamento. Se não for assim, o relacionamento não se desenvolve. (Bowen, 1988, p. 65)

Dessa forma, percebemos que esse jogo supõe uma dinâmica calcada em contínuos ajustes, a fim de se garantir um equilíbrio na relação.

Essa dinâmica está atrelada, de acordo com Bowen, aos níveis de diferenciação do *self*. Ao lado da escala, o autor ainda distingue dois níveis de diferenciação, o básico (*basic*) e o funcional (*functional*). O nível básico é amplamente determinado pelo grau de separação emocional que uma pessoa adquire em relação a sua família de origem, configurando um percurso multigeracional, pois a cadeia é alimentada pelo que se transmite desse processo de uma geração a outra. Esse nível funciona de uma forma independente do processo relacional. Já o nível de diferenciação funcional é dependente do processo relacional, influenciado pelo nível de ansiedade crônica da pessoa e associado aos seus relacionamentos mais próximos e significativos.

Dessa forma, pessoas situadas em um determinado nível básico na escala de diferenciação podem ter níveis funcionais mais altos ou mais baixos, dependendo das interações com os outros significativos. Por exemplo, o nível funcional de uma pessoa com um baixo grau de nível básico pode aumentar ou cair várias vezes em um espaço de poucas horas. Outro exemplo, o nível funcional de um casal pode crescer ou diminuir com o nascimento de um filho. No entanto, pessoas com um nível básico alto podem se adaptar com mais facilidade às mudanças, sem que seus níveis funcionais se alterem significativamente.

Segundo Bowen (1988), isso ocorre em função do nível baixo de stress no domínio das relações e a capacidade de neutralidade emocional da pessoa. Essa capacidade, própria de pessoas com nível alto de diferenciação, consiste na habilidade em tomar contato com um problema, em conseguir manter uma postura de calma e entendimento da situação, diferenciando os componentes emocionais e agindo em direção à solução da dificuldade. Seria uma capacidade importante e operacionalizada pelo autor em situações de terapia familiar.

O nível de diferenciação cai quando a ansiedade crônica aumenta no universo das relações.



A forma de se pensar isso é que quanto menos a pessoa se diferenciou da família (separação emocional) mais ansiedade ela porta ao estar só e ter que assumir suas responsabilidades. Algumas pessoas lidam com isso não deixando a casa paterna, outros saem e fingem que cresceram. O grau de fingimento é percebido pela ansiedade associada às responsabilidades de adulto. (Bowen, 1988, p. 117)

Entendemos que quanto mais ansioso se encontra o indivíduo, mais a pressão rumo ao *togetherness* aumenta: isto é há uma necessidade maior de contato e proximidade emocional. Por outro lado, Bowen adverte que quanto mais o indivíduo responde com base na ansiedade, menos tolerante ele se torna diante do outro, como também se apresenta mais irritado com as diferenças.

Lyman Wynne, assim como Bowen, formulou seus conceitos e concebeu sua prática clínica a partir de famílias com um membro esquizofrênico. Também, da mesma maneira que Bowen, Wynne era psiquiatra e partia de conceitos psicanalíticos. Ainda, participaram como colegas no National Institute of Mental Health, NIMH, ao longo da década de 1950. Wynne, contudo, no início de sua carreira, teve um contato mais estreito com Talcott Parsons, em Harvard, do quem incorporou a noção de família como um sistema estrutural, em algumas de suas formulações. E essas seriam: a personalidade do indivíduo vista como um subsistema do sistema familiar, que por sua vez faz parte de um sistema mais amplo, que vem a ser a sociedade.

Os pontos interessantes de seus aportes teóricos e, também, os aspectos que o colocam alinhado às suposições de Bowen seriam a *pseudomutualidade* e a *pseudo hostilidade* (1958; 1961). A *pseudomutualidade* distorce a comunicação e reduz a percepção da realidade e o pensamento racional, no que tange aos relacionamentos. Ela seria uma “fachada” para o *togetherness*, mascara os conflitos e bloqueia a intimidade. Essas famílias têm um medo exacerbado da separação e se aglutinam de tal modo que não há lugar para os interesses pessoais. A *pseudomutualidade*, de acordo com Wynne, impede a emergência de afetos mais profundos e sentimentos sexuais, bem como, os conflitos.

A *pseudohostilidade* é um diferente disfarce de um conluio similar, com o intuito de não deixar aparecer os alinhamentos e as rupturas<sup>4</sup> na interação. Essas coalizões nas relações familiares se mantêm encobertas por suas características

---

<sup>4</sup> Alignments and splits, no texto original.

ameaçadoras da relação e, como a *pseudomutualidade*, impedem a apresentação da intimidade e da hostilidade profunda.

Wynne também acrescenta o conceito de *rubber fence*, que seria uma barreira invisível, destinada a afastar os possíveis envolvimento provenientes do mundo situado fora dos limites da família. Essa barreira se caracteriza por uma certa abertura em relação aos envolvimento sociais básicos e obrigatórios na vida da família, tais como a escola ou o trabalho: todavia, se fecha quando há uma proximidade ameaçadora. A rígida estrutura dessas famílias seria mantida através desta fronteira, em um contexto no qual o *togetherness* é a realidade e as relações exteriores ao universo da família são desencorajadas.

Voltando a Bowen, uma outra grande contribuição conceitual para o campo da terapia familiar foi a percepção de que, diante de um conflito não passível de resolução, existe a tendência de se buscar uma terceira pessoa. Assim, a triangulação passa a ser a menor unidade estável do relacionamento. Triangular na dinâmica familiar pode significar uma tentativa de restabelecer o equilíbrio. O autor parte da suposição de que a relação entre duas pessoas abarca um ciclo de proximidade e distância, e é justamente quando a distância predomina que a triangulação ocorre. Bowen alerta que nem sempre a triangulação é danosa para a relação; ela o é somente quando se torna crônica e inviabiliza o relacionamento.

Dessa forma, entendemos que a diferenciação, nos termos de Bowen, seria atingida quando o relacionamento é mantido sem fusão emocional e sem triangulação. Adicionamos que na dinâmica interativa familiar, o caminho em direção à diferenciação é um devir, é um trabalho inacabado, a ser completado, se pensado sob uma perspectiva de continuidade de existência. Nesse processo, as recaídas para o *togetherness* constituem o interjogo relacional: separar-se ou ficar junto, eis a questão. Acreditamos que pais e filhos adultos busquem uma dimensão de proximidade e afastamento apropriada na esfera relacional, na vida do dia-a-dia da família, para que suas conquistas pessoais nesse terreno possam ser garantidas.

### 3.3

#### **Flexibilizando a hierarquia e as regras de convivência**

Para examinarmos uma das questões propostas nesta tese – a existência de uma hierarquia velada na família de adultos e a possibilidade de as regras familiares serem constantemente negociadas pela família e algumas serem rompidas pelos filhos – optamos por introduzir nesse item os principais conceitos do corpo teórico da terapia estrutural de famílias proposta por Salvador Minuchin (1974,1981). Esse autor tem como afiliação teórica, conforme Nichols & Schwartz (1998), o modelo organicista de Bertalanffy e o modelo estrutural funcionalista de Radcliffe-Brown, Malinovsky, Lévi-Strauss e Parsons. Acrescentamos a essa afiliação, a teoria de construção social da realidade (Berger e Luckmann, 1966) que irá influenciar Minuchin no início da década de 1980.

Objetivando uma maior clareza na abordagem da perspectiva estrutural proposta por Minuchin, iniciaremos este item com algumas considerações sobre a família nuclear, papéis e funções, conceitos propostos por Talcott Parsons. Esse autor, no domínio sociológico, estabeleceu um conjunto de construções teóricas de relevante importância e influência, em um sentido mais largo, no campo de estudos da terapia familiar e, especificamente, na obra de Minuchin. No entanto, estamos atentos ao fato de ser a sociedade norte-americana a sua referência principal, como também levamos em conta a crítica de Lasch (1974) à sua teoria. Esse último a considera como aliada, se não propulsora, dos revisionistas sociais<sup>5</sup>, “ávidos em esfolar sem piedade a família” (p. 193). Ainda assim, consideramos os conceitos já mencionados e formulados por Parsons, como relevantes por servirem de base às reflexões e sustentações de grande parte dos teóricos da terapia familiar.

Parsons (1964) assevera que o isolamento da família nuclear em relação a outras unidades de parentesco e a perda de algumas de suas funções pela invasão de especialistas do mundo médico, psicológico, entre outros, possibilitou uma maior especialização de suas funções, a criação dos filhos e o conforto emocional. Dito de outro modo, “aliviada” das funções educativas, econômicas e sociais que

---

<sup>5</sup> Lasch (1974) cita Kenneth Keniston, Philip Slater, Arlene & Jerome Skolnick como representantes desse revisionismo social da família.

a condição moderna retirou do seu espaço, a família foca seus objetivos na função de abrigo para os sentimentos de seus membros.

Enquanto o principal conteúdo da estrutura da personalidade é derivado do sistema social e cultural através da socialização, a personalidade se torna um sistema independente através das suas relações com seu próprio organismo e através da “uniqueness” da sua própria experiência de vida. Ela não vem a ser um mero epifenômeno da estrutura da sociedade. No entanto, não há somente interdependência entre o indivíduo e a sociedade mas interpenetração. (Parsons, 1964, p.82)

Uma das funções da família é possibilitar a expansão de personalidades capazes de enfrentar os rigores do mundo contemporâneo. A noção de “produção” de personalidades é conotada positivamente pelo autor, que a vê de forma a favorecer o desenvolvimento da autonomia individual. A família “treina” a capacidade de desempenhar papéis que garantiriam a habilidade de inserção no mundo social.

Indivíduo e sociedade são mais do que interdependentes, eles se interpenetram. Do ponto de vista sociológico, essa área de interpenetração é construída pelos papéis, ao longo de todo o processo de socialização. A estrutura social é um sistema de expectativas padronizadas do comportamento de indivíduos que ocupam um *status* específico no sistema social. Esse sistema de expectativas padronizadas é o próprio sistema de papéis. Os papéis são interdependentes, o indivíduo exerce diversos papéis que determinam sua participação numa coletividade. A coletividade, por sua vez, é composta por uma cultura normativa que define valores, objetivos, normas, direções, ordens de papéis que serão desempenhados nas situações específicas do indivíduo.

Há várias definições para o conceito de “papéis” na literatura sociológica. Contudo, considero como mais adequado às minhas proposições a concepção de que um papel é um sistema organizado de participação de um indivíduo no sistema social, entendendo organização do sistema social como coletividade. Os papéis constituem o foco básico da articulação e da interpenetração entre personalidades e sistemas sociais. (Parsons, 1964, p.261)

Do ponto de vista psicológico, os papéis teriam duas funções, segundo o autor. A primeira função seria a de estruturar a realidade de ação do indivíduo para que ele pudesse tomar atitudes adequadas ao interagir com outros indivíduos,

definir os padrões de atitudes e sinalizar as conseqüências do contato com o outro. A segunda função seria a de estruturar os padrões morais introjetados no processo de socialização, os quais seriam os conteúdos do superego.

Segundo Parsons (1964), a estrutura da família nuclear se diferencia em quatro papéis – mãe, pai, irmão e irmã –, não existindo nenhum sistema social conhecido em que esses papéis não se encontrem discriminados uns dos outros. A eficiência dessa família depende do desempenho das funções desses papéis e da posse dessas características.

O critério mínimo de família nuclear vem a ser, sugiro, que, primeiro, exista uma relação sólida entre uma mãe e uma criança que perdure por um certo número de anos e transcenda os cuidados básicos fisiológicos. Em segundo, em sua maternagem, a mulher deve ter um relacionamento especial com um homem, que vem a ser, sociologicamente, o pai da criança. Essa relação é o foco de legitimação da criança e seu *status* referencial no sistema social mais amplo. (Parsons, 1964, p.59)

Ao definir a família nuclear, Parsons considera relevantes as suas seguintes características: ser um grupo pequeno com uma média de sete membros; diferenciar-se estruturalmente em torno dos eixos de poder ou hierarquia e de uma distinção de papéis instrumentais e expressivos; e representar essa distinção sob a forma de liderança, que deverá ser marcada por uma forte coalizão. O grupo familiar ainda apresenta outras características marcantes, como a de ser um grupo de auto-destruição – ou seja, quando os filhos atingem a maioria tendem a formar uma nova família, deixando de ser membros da original; e a de que essa nova família deve se estruturar sob um signo de alto nível de envolvimento afetivo.

Essas duas características, de autodestruição e de alto envolvimento afetivo compõem um fator de grande relevância na estruturação social mais ampla. Na medida em que as famílias são sistemas que interagem com outros sistemas, há a necessidade de que os papéis exercidos tanto dentro quanto fora dela mobilizem seus membros a formarem alianças para a sua sobrevivência. Da mesma forma, é preciso que desempenhem a função de motivar a aquisição de laços não-familiares, para que seja possível a sua perpetuação, isto é, a formação de novas famílias nucleares. Esse jogo de papéis é facilitado, segundo o autor, por uma necessidade de gratificação erótica que permeia as relações familiares.

O erotismo também é apontado por Parsons (1964) como fio condutor das relações familiares. O componente motivacional erótico se constrói na criança a partir da relação de prazer que se estabelece entre a mãe, o pai e a criança, uma relação de reciprocidade erótica.

(...) o objeto erótico primeiro da criança de ambos os sexos é a mãe; quando esse vínculo deixa de ser útil para o desenvolvimento da personalidade, ele tende a ser reprimido como um todo. Não só o objeto original é negado, mas todos os membros da família nuclear original tornam-se tabus. (Parsons, 1964, p.124)

A esse respeito, Parsons acrescenta que o tabu do incesto constitui um foco fundamental na regulação do fator erótico, pois a sua interdição permitindo que o processo de autodestruição da família nuclear seja possível. Com a interdição da motivação erótica no âmbito familiar ocorre o deslocamento de interesses da criança para o grupo de amigos. Como esse grupo não é calcado na hierarquia de liderança, característica da esfera familiar, ele inaugura uma fase de maior autonomia, de exercício de papéis não-familiares e de pertencimento a um grupo de “iguais”. Mais tarde, a adolescência reintroduz o erótico, só que voltado para um outro que é “igual”, constituindo uma atração simétrica. O autor faz algumas considerações sobre soluções inadequadas nesse processo do componente erótico, como assumir papéis de dependência em relação ao outro, ou assumir um papel parental na relação.

Como podemos observar na trajetória das idéias de Parsons, a construção dos componentes não-eróticos da personalidade em interação familiar permite o desempenho de papéis não-familiares, fundamentais para que um sistema social possa funcionar. Toda essa interessante argumentação funcional do processo de construção de papéis familiares e não-familiares nos permite visualizar a estrutura e organização da família e sua posição numa estrutura mais ampla, o sistema social. Os papéis são interdependentes, e o indivíduo os exerce a partir das prescrições do sistema social e cultural ao qual pertence. Estabelece-se assim uma relação complementar na qual um indivíduo necessita do outro. Essa relação é norteadas por uma lógica que podemos sintetizar, nas palavras de Parsons, como uma lógica de obtenção constante de objetivos e desejos ou uma tendência à “otimização de gratificações”.

Em *Famílias, funcionamento & tratamento* (1974) Minuchin afirma que a família se estrutura de forma hierarquizada e que em cada um dos diferentes subsistemas que a compõem, existem manifestações de poder e exercício de hierarquia. A perspectiva estrutural define, por exemplo, a função parental ou o subsistema parental como uma competência específica, uma *direção executiva*, articulada a um papel que exige a responsabilidade de quem o exerce. Contudo, para um melhor entendimento da noção de hierarquia na obra do autor, faz-se necessário examinar, mesmo que de forma breve, os quatro conceitos básicos da abordagem estrutural de famílias, ou seja, a estrutura, as regras, os subsistemas e as fronteiras.

A estrutura da família é constituída por interações familiares que se inserem em uma moldura pré-organizada. “A estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem.” (Minuchin, 1974, p.57) As interações repetidas estabelecem padrões interacionais que regulam o comportamento dos membros da família, “uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais.” (p. 57) Estes padrões são mantidos por dois sistemas de repressão. O primeiro é de uma ordem mais genérica e envolve as leis universais que instituem a organização familiar. O segundo é mais particular e diz respeito às expectativas mútuas de membros específicos da família. Estas expectativas se fundam nos contratos originais da família, porém podem ser esquecidas ou não explicitadas e estão constantemente sendo negociadas.

Estes sistemas de repressão constituem as regras, que são configurações transacionais que exercem uma regulação sobre os comportamentos dos membros da família.

A origem dessas expectativas está mergulhada em anos de negociações explícitas e implícitas entre os membros da família, frequentemente em torno de pequenos eventos cotidianos. Frequentemente, a natureza dos contratos originais foi esquecida e eles podem jamais ter sido alguma vez explícitos. Mas os padrões permanecem – como se fossem um piloto automático – como uma questão de acomodação mútua e de eficácia funcional. (Minuchin, 1974, p. 57)

A respeito das regras familiares, Colapinto (1991) afirma que elas se estabelecem a partir da mutualidade desenvolvida na interação entre dois

membros da família. O ajuste de interesses, ou seja, a complementaridade vem a ser o terreno dentro do qual elas se desenvolvem. Dito de outra forma, quando um membro da família expressa um aspecto de si próprio, provocará no outro um aspecto complementar a este, criando assim uma regulação na interação.

Cada membro da família pertence a um diferente subsistema, a que correspondem diferentes níveis de poder e competência. Os subsistemas podem ser formados por sexo, geração, interesse e função. Dessa forma, o indivíduo é um subsistema dentro da família e as díades conjugal, parental e fraternal constituem outro subsistema. Nestes subsistemas, o membro da família ingressa em diferentes relações complementares, dentro das quais experimenta diversas formas de poder e hierarquia.

As fronteiras de um subsistema são as regras que definem quem participa e como, são as regras que delimitam as trocas, são os limites que permitem aos membros desempenhar suas funções sem interferência indevida. As famílias podem se situar em dois pólos quanto à natureza de suas fronteiras, que são um modo transacional e não se referem a uma qualidade disfuncional da família. Em um pólo, as fronteiras são difusas ou emaranhadas e compõem um sistema voltado para si mesmo, com limites individuais pouco respeitados. No outro, as fronteiras são rígidas e distanciadas e se caracterizam pela pouca capacidade de interdependência e apoio entre os membros. Nestes dois sistemas relacionais, podem surgir dificuldades quando são evocados mecanismos adaptativos.

Cada família deverá responder de acordo com suas características: a emaranhada reagirá com rapidez e intensidade excessiva; a distanciada tenderá a não responder. O autor ressalta que emaranhamento e desligamento se referem a um estilo transacional ou à preferência por um tipo de interação, e não a uma característica de funcionalidade ou disfuncionalidade. Contudo, Minuchin afirma que para um mais apropriado funcionamento familiar, as fronteiras dos subsistemas devem ser nítidas, bem definidas, para que os membros possam efetivar suas interações sem interferência indevida.

A composição de subsistemas, organizada em torno das funções familiares, não é especialmente tão significativa quanto à nitidez das fronteiras do subsistema. (...) o desenvolvimento de habilidades interpessoais, conseguidas nestes subsistemas



está baseado na liberdade do subsistema das interferências de outros subsistemas. (Minuchin, 1974, p. 59)

Sendo assim, a inclusão de outros membros em um subsistema pode funcionar, desde que haja nitidez nas regras de convivência.

Sublinhamos os pontos de contato entre Bowen e seu conceito de diferenciação do *self*, o *togetherness* e individualidade, e Minuchin, com o de famílias emaranhadas e desligadas. Ambos se referem ao nível de fusão e diferenciação emocional na dinâmica familiar. Bowen, ao construir uma escala de diferenciação de *self*, pontua a verticalidade no percurso de aquisição da individualidade. Um processo iniciado com a relação mãe-bebê e que culmina com a autonomia do indivíduo adulto. Percebe-se a influência das perspectivas desenvolvimentistas e das noções da psicanálise. Minuchin caminha ao lado da antropologia e da sociologia.

Minuchin representa horizontalmente esses níveis, colocando nos pólos, respectivamente, o emaranhamento ou superenvolvimento e o desligamento ou desapego, sendo que no centro dessa representação linear estariam as famílias com graus de nitidez de fronteiras suficientes para exercerem suas funções. Nos pólos se situam as famílias disfuncionais e, no centro, encontram-se os limites da normalidade, observando-se, assim, o processo entre a individuação e a mutualidade na família. Além disso, o autor pontua que os membros da família desenvolvem, ao longo de sua convivência, um senso da “distância apropriada” que devem manter um do outro. Isso constitui um jogo dinâmico de avanço e retrocesso, a fim de se manter uma distância psicológica suficientemente correta: nem muito próximos, nem muito distantes.

Em *Técnicas de Terapia Familiar* (1981), Minuchin aprofunda suas concepções teóricas e reflexões acerca das técnicas terapêuticas. Talvez possamos dizer que essa obra evidencia a transição para o novo paradigma sistêmico, ou, ao menos, indica o grau de influência que essas novas proposições assumirão em sua obra. Tomemos como exemplo a introdução da noção de *holon*, o todo-parte e como essa idéia se desdobra na contestação de uma realidade pré-existente. “Parte e todo contêm um ao outro num processo contínuo, atual e corrente de

comunicação e interrelação.” (p. 23) Essa noção não substitui, mas prevalece sobre a noção de subsistemas.

A respeito do *holon* indivíduo e o *holon* família, Minuchin diz que as pessoas funcionam com uma parte de suas possibilidades, entre inúmeras outras. Essas possibilidades de ação variam de acordo com o contexto no qual se realizam. Assim, um jovem filho superenvolvido com a mãe pode agir de forma carente para obter seus cuidados, ao mesmo tempo que com um irmão ou seu grupo de pares, possa agir de forma competitiva e decidida. Contextos diferentes requerem partes de si diferentes.

Dessa forma, não existe uma realidade, uma história ou uma verdade, existe uma multiplicidade de emergências no domínio da dinâmica familiar. “As famílias funcionais são sistemas complexos constituídos por um grande número de partes que interatuam de uma maneira complicada.” (p. 142) Os padrões de interação dentro do *holon* familiar são fortes, significativos e interrelacionados em uma ordem hierárquica, constituindo transações mais fortes do que as que ligam outros *holons* entre si. A terapia familiar proposta por Minuchin desafia a estrutura do *holon*, *holon* esse que funciona dentro de seus limites e pertinência e não funciona em *holons* diferentes e com novas regras. Assim, a terapia se propõe a desconstruir uma estrutura ou a buscar sua flexibilidade, para que outros repertórios possam emergir na convivência.

Em *A Cura da Família* (1993), Minuchin questiona o uso da palavra “estrutura” em sua obra. Justifica a necessidade e a utilidade do termo, a partir da sua formação médica, que focaliza as estruturas físicas e as funções biológicas dos organismos. Tenta encontrar essa concepção no domínio familiar, ressalvado, porém, que a entende como uma indicação de limitação funcional. Ressalta que o significado de estrutura remete a um estado fixo, embora entenda a família como uma entidade flexível. “Hoje, penso que uma metáfora fisiológica, tal como manter a temperatura corporal, teria sido melhor, porque indicaria flexibilidade perante a mudança”. (p. 42)

Embora afirme não ter abandonado o conceito de estrutura e de desenvolvimento familiar, Minuchin passa a se concentrar na verdade narrativa da família, em detrimento da sua verdade histórica. Com isso quer dizer que a família cria uma história específica, que dá sentido à sua vida. Essa história é uma

realidade compartilhada entre os membros, de forma que quando se escuta uma história, compreende-se as coalizões e os padrões de tal família. Os fatos apresentados quando a história é contada são parcialmente construções e parcialmente acontecimentos históricos. E assim, o autor se afastou do ensino de técnicas e se concentrou em um pensar sobre a família e suas interações.

A forma de compreender a função do terapeuta também passou por transformações. Já em *Técnicas de Terapia Familiar* (1981), Minuchin constrói a noção de terapeuta espontâneo. O terapeuta ainda é visto como observador, como aquele que ocupa uma posição de saber, e no entanto:

(...) ser um terapeuta espontâneo... significa utilizar a coparticipação para tornar-se um agente de mudança, que trabalha dentro das regras do sistema familiar, com modalidades de intervenção. (...) Suas ações, ainda que reguladas pelas metas da terapia são o produto de seu vínculo com a família cliente. (Minuchin, 1981, p. 12-13)

Essa posição, ainda que estabelecida sob uma perspectiva hierárquica, se desprende da responsabilidade total da posição anterior, uma vez que “o terapeuta pode trabalhar tranqüilo sabendo que não precisa estar correto.” (p. 13) De todo o modo, Minuchin fez de seu campo teórico um lugar poroso, flexível, deixando a prática clínica indicar os percursos. Essa capacidade de transformação é fundamental para quem lida com sistemas diversos e plurais como a família.

“Mesmo uma sociedade democrática não se faz sem liderança”, afirma Minuchin. (1981) Dentro da proposta de se conhecer a hierarquia e as regras familiares, no contexto de adultos, ressaltamos a assertiva do autor de que somente a família ideal é frequentemente definida como democrática. O autor questiona que a família seja uma sociedade de iguais. Sob seu ponto de vista, o uso diferenciado de autoridade é necessário para o subsistema parental. “O apoio à responsabilidade e obrigação dos pais de determinar regras familiares assegura o direito e a obrigação dos filhos de crescer e de desenvolver autonomia.” (p. 28) No entanto, o autor descreve – e não o faz de uma forma especificamente referida à disfuncionalidade – famílias com um filho parental. Os pais concedem este poder a um filho, que deverá ter desenvolvido responsabilidade, competência e

autonomia para exercê-lo. O contexto deste consentimento poderá ser natural em famílias grandes, ou nas que um dos pais, ou ambos, trabalham.

Concordamos com Minuchin, quando este se refere à hierarquia e poder parental nas famílias cujos filhos ainda não atingiram a idade adulta. A diferenciação de funções com a aceitação de *expertise* e autoridade de um membro pode ser necessária e útil. Féres-Carneiro (1996) chama a atenção para a ineficácia do funcionamento da família em que os pais assumem uma posição autocrática ou uma posição inadequadamente igualitária, deixando o grupo familiar sem liderança. No sistema familiar, pode-se esperar que o subsistema parental assumira certa autoridade e liderança e que esta possa ser compartilhada com os filhos de forma diferenciada e democrática. Para tanto, as regras familiares devem ser explícitas, coerentes, flexíveis e democráticas, pois, segundo a autora, tais regras facilitam o desenvolvimento dos membros da família.

Dessa forma, entendemos que o contexto atual esmaeceu e flexibilizou as fronteiras, os subsistemas, as regras, a estrutura da família. A família é hoje um território complexo no qual coexistem diversas formas e possibilidades de interação – a pluralidade qualifica esse momento em que vivemos. No entanto, e apesar da considerável flexibilização dos papéis de gênero e das metamorfoses impostas pelo sistema social, sobretudo em relação à relevante proximidade entre pais e filhos, não acreditamos que exista uma nova família. Padrões tradicionais de comportamento permanecem no espaço familiar, como podemos constatar no conjunto de pesquisas reunidas em *Família e Casal, efeitos da contemporaneidade*<sup>6</sup> organização de Féres-Carneiro (2005). Esta convivência entre a tradição e o contexto de mudanças da atualidade propicia a multiplicidade de arranjos familiares e nos fornece os elementos para a compreensão da família da qual nos ocupamos neste estudo, a família que não deseja se separar.

Existe um paradoxo em nossa sociedade, nos termos de DaMatta (1978), um descompasso entre o mundo das regras e leis e a prática cotidiana, esta calcada no modelo hierárquico. Dessa forma, existem duas atitudes distintas coexistindo no sistema de relações sociais: a atitude igualitária e a hierarquizada. Esta coexistência parece admitir que as práticas a elas relacionadas se alternem de

---

<sup>6</sup> Pesquisas apresentadas no X Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.

acordo com o contexto em que atuam. “O igualitarismo individualista quase sempre se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante de nossa sociedade.” (p. 184)

No que concerne à questão específica da hierarquia e regras, entendemos que diante da complexidade do terreno familiar, precisamos ultrapassar a visão de linearidade e previsibilidade nas interações entre os membros da família. Como nos apontou Minuchin em *Técnicas de Terapia Familiar* (1981) e em *A Cura da Família* (1993), o campo teórico da terapia familiar deve ser um lugar poroso, flexível, deixando a prática clínica indicar os seus percursos. Essa capacidade de reformulação e mudança na família e a utilização dos múltiplos *selves* de acordo com os interesses do contexto interacional, a nosso ver, se apóia na colaboração e troca interdisciplinar entre Minuchin Berger & Luckman. Essa colaboração entre teorias proporcionou um arejamento na proposta estrutural.

Acreditamos que a idéia da construção social da realidade tangenciasse a forma de pensar de Minuchin. Dessa maneira, a questão da hierarquia e das regras de convivência, flexíveis para dar conta das necessidades de mudança nessa dinâmica familiar, ganha novos contornos. As regras familiares e a hierarquia não são categorias *a priori*, mas sim construídas, sustentadas, questionadas e negociadas nas relações entre os membros da família em suas vidas cotidianas. E nesse processo de construção colaboram a cultura, a singularidade, o gênero, os imperativos sociais e outros, que se constituem em uma rede de múltiplos atravessamentos.

### 3.4

#### **Múltiplas realidades, as realidades construídas na vida do dia-a-dia**

A transição entre os paradigmas de primeira e segunda ordem comporta a afirmação da não-existência de uma realidade fora do indivíduo. Watzlawick (1999) nos diz que se a solução de um problema residir fora do repertório interno da família, as mudanças de primeira ordem sistêmica não permitem que se encontre a solução. Na visão do autor, a mudança de primeira ordem é a mudança de um sistema que passa de um estado a outro. A mudança opera no interior deste sistema, dentro de seu repertório ou capacidade de resolver suas questões. Por

outro lado, a mudança de segunda ordem envolve a necessidade de mudar a estrutura do sistema, esse sistema requer um aporte do exterior.

Maturana (1999) oferece um interessante e apropriado exemplo de mudança de segunda ordem, ao expor o seu conceito de autopoiese nos sistemas sociais. Trata-se de uma partida de futebol ocorrida em 1823, em Rugby, que se desenrolava normalmente segundo as regras desse esporte, quando um jogador tomou a bola com as mãos e correu para colocá-la na trave de gol do espaço do adversário. Nesse momento, os outros jogadores o perseguiram e um combate por sua posse se iniciou. A interação entre esses jogadores provocou uma mudança, produzindo uma forma diferente de jogar, que, por sua vez, tornou possível o *rugby*. Com esse exemplo, entendemos que o sistema, a partir de interações recorrentes, cria uma rede de ações coordenadas que engendra um novo comportamento social. Nas palavras de Maturana:

No decorrer dessa transformação, um sistema particular de ações coordenadas, constituinte do futebol, sofreu uma mudança repentina, quando o novo comportamento de um jogador – por um conjunto de ações coordenadas que provocaram um novo comportamento nos outros jogadores – possibilitou uma configuração de ações coordenadas inéditas que se tornou o *rugby*. (p. 147)

Entendendo a família como um sistema social, essa compreensão de mudança, fora das regras habituais desse grupo, faz do terapeuta, do acaso ou de um agente qualquer, um instrumento de mudança na família. À medida que um membro muda, os outros também o fazem. Isso significa, em um contexto de terapia familiar, que cada mudança na família passa necessariamente por uma mudança individual dos membros. Essa ação se efetua através de um processo de interações entre o terapeuta com um ou com a maior parte dos membros da família, de modo que a intenção de instigar a mudança através de ações coordenadas encontre um eco.

Tudo se passa através da linguagem e a noção de que sujeito e objeto constituem-se um ao outro tem como base a ótica da linguagem como construtora da realidade. A introdução ou importação de teorias da comunicação na terapia familiar nos habilita a iniciar essa discussão sobre a construção da realidade, remetendo-nos às contribuições dos primeiros teóricos a utilizá-las como pressupostos básicos. Watzlawick (1967), por exemplo, destaca a comunicação

como um processo de interação e sublinha a importância da linguagem analógica e da digital na interação humana. O indivíduo combina essas duas linguagens como emissor ou receptor. O autor assevera que a interação é uma série de mensagens trocadas entre pessoas, entendendo mensagem como um complexo fluido e multifacetado de diversos tipos de comportamento, sejam eles verbais, tonais, posturais ou contextuais.

Os seres humanos se comunicam digital e analogicamente. A linguagem digital é uma sintaxe lógica sumamente complexa e poderosa mas carente de adequação semântica no campo das relações, ao passo que a linguagem analógica possui a semântica mas não tem uma sintaxe adequada para a definição não-ambígua da natureza das relações. (Watzlawick, 1967, p. 61)

Assim, o indivíduo implica-se em um compromisso ao se comunicar. A troca de mensagens entre os comunicantes está, intimamente, articulada à natureza da relação, isto é, a simetria e, ou, a complementaridade. Dessa maneira, segundo Watzlawick, a interação pode ser compreendida de duas formas. A primeira, a interação simétrica, expõe a tendência, entre os parceiros, a refletirem o comportamento um do outro, com também há a característica da igualdade e a minimização da diferença. A segunda, a interação complementar, baseia na maximização da diferença, ou seja, os comportamentos dessemelhantes, porém ajustados, provocam-se mutuamente. O parceiro comporta-se de forma a pressupor o comportamento do outro ao fornecer razões para tal, por isso, as definições deste tipo de interação se encaixam.

A distinção entre comunicação digital e analógica nos parece relevante não só no campo terapêutico, como também, fora desses limites. As declarações contraditórias, as incoerências, as mudanças bruscas de assunto, as tangencializações, as frases incompletas, o estilo obscuro, as interpretações literais de metáforas remetem às conversações que acontecem nos diferentes redutos da vida cotidiana.

A tradução do material analógico para o digital e vice-versa é fonte de desacordos. Watzlawick afirma que a digitalização do material analógico será sempre sujeita à controvérsia, pois esse último presta-se a interpretações digitais diferentes e determinadas vezes incompatíveis. Ao digitalizar, o indivíduo procede de acordo com sua concepção da natureza da relação, que pode não

coincidir com a do outro. Ressaltamos que a comunicação analógica ou não-verbal tem como ponto central, segundo o autor, o aspecto de acentuar e definir a natureza da relação.

Nesse ponto, permitimo-nos uma breve referência ao grupo de Gregory Bateson que, conforme Nichols & Schwartz (1998), é considerado o fundador da terapia familiar. Watzlawick é afiliado teoricamente a Bateson. A afirmação do primeiro – a saber, de que “toda comunicação tem um aspecto de conteúdo e um aspecto de comunicação de forma que o segundo classifica o primeiro e é, portanto, uma metacomunicação” (Watzlawick, 1967, p. 50) – tem como base o conceito de metacomunicação proposto pelo segundo. Bateson, um antropólogo com histórico de trabalho de campo em Bali e Nova Guiné com Margareth Mead, interessou-se, também, pelas idéias oriundas da cibernética e as articulou ao seu saber antropológico. O grupo de Bateson introduziu – além do aspecto da comunicação acima citado através do olhar de Watzlawick – a noção dos efeitos do paradoxo na interação humana, o que o levou a formular o conceito de *duplo vínculo*.<sup>7</sup> Os seguidores de Bateson, dentre eles Watzlawick (1967), redefiniram alguns desses conceitos.

Conforme este último, “o paradoxo não só pode invadir a interação e afetar o nosso comportamento e a nossa sanidade mental, mas também, desafia a nossa crença na coerência e, portanto, na solidez fundamental do nosso universo.” (Watzlawick, 1967, p. 168) O autor enfatiza as conseqüências comportamentais, isto é, pragmáticas do paradoxo. Os paradoxos pragmáticos, dentro do vocabulário do autor, se constituem de injunções paradoxais. As injunções paradoxais ou duplas vinculações têm como característica fundamental ocorrerem em um universo de forte relação complementar. Nessa relação o que é transmitido deve ser obedecido, como também deve ser desobedecido para que seja obedecido. A posição do indivíduo que ocupa um lugar de inferioridade na relação é paralisante, pois ele é incapaz de sair dessa posição por não conseguir fazer um comentário sobre a injunção, ou seja, metacomunicar, o que seria desobedecer. Esse comportamento paradoxal gera, também, um duplo vínculo para quem o iniciou – a teia fica, então, estabelecida.

---

<sup>7</sup> Bateson, G.; Jackson, D. ; Weakland, J. 1956 Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Sciences*. 1: 251-264.



O nível de patogenicidade da dupla vinculação consiste na sua continuidade e no fato de poder transformar-se em uma expectativa habitual, tornando-se um padrão de comunicação que se perpetua a si mesmo. Lembramos que essa concepção teve como origem a prática com famílias de esquizofrênicos.

Os duplos vínculos seriam então verdadeiros paradoxos e não injunções contraditórias ou contradições. O uso do termo injunções contraditórias seria mais apropriado para os contextos não-patológicos. As contradições impostas pela vida cotidiana e o viver contemporâneo são habituais: a grande diferença reside no fato de que uma escolha lógica ou uma solução para sair de sua esfera é totalmente possível, ao contrário da injunção paradoxal, na qual ocorre a falência da própria escolha.

Consideramos importante a idéia de rede comunicacional e a noção de “jogo” que ela comporta na experiência vivida na dinâmica familiar. Todos jogam de forma a criar uma rede na qual todos compartilham as regras estabelecidas. No domínio da terapia familiar, Cecchin (1994) ressalta que essa visão, conhecida como a metáfora do jogo e desenvolvida ao longo da década de 1970 e 1980 no Centro de Terapia Familiar de Milão, conduzia a uma compreensão da família como “quase mecanicista”. O jogo apontado pelo autor aproxima-se da idéia de uma batalha, de um jogo estratégico, em que alguém vai ganhar.

Os questionamentos a respeito desta posição levaram Cecchin e sua equipe a entender que esse jogo não se restringia somente à família, pois também incluía o terapeuta e, além disso, “emergia da relação entre o terapeuta e a família”. A partir daí, a idéia de co-construção eclode no contexto terapêutico proposto pelo autor e seus colaboradores, de maneira que a metáfora comunicacional diversificasse e passa a ser considerada como um espaço social, articulado com narrativas e práticas não só dominantes como alternativas.

Paralela ao campo das terapias familiares, a visão da sociologia, sobre o uso da linguagem na construção do mundo, se enriquece a partir da perspectiva de Berger e Luckman (1966). A linguagem da vida cotidiana e seu poder contínuo de prover as necessárias objetificações, no intuito de ordenar e fornecer sentido para a experiência do dia-a-dia, constitui-se como foco de análise para esses autores. A realidade do dia-a-dia é tomada como objeto de estudo, ou, mais precisamente, o conhecimento que guia a vida cotidiana torna-se o ponto principal de uma análise

sociológica, conforme os autores propõem. A realidade mais “real” para o indivíduo é a do dia-a-dia, ela se impõe à consciência de forma imperativa, apresentando-se “de uma maneira impactante, urgente e intensa”. (p. 35) Essa realidade não é a que os filósofos elegem como status de reflexão, assim como não diz respeito ao indivíduo comum: “o homem na rua não se importa, normalmente, com o que é real para ele, a não ser que ele seja surpreendido por um problema”. (p. 14) Ela interessa aos estudiosos dos processos sociais e de seus efeitos no indivíduo.

A realidade da vida comum do dia-a-dia é vivida em termos de diferentes graus de proximidade e distância, ambos espacial e temporalmente organizados. No entanto, os autores asseveram que o aspecto temporal tem mais relevância em suas abordagens. Com isso, querem dizer que o indivíduo está mais pragmaticamente interessado no que é possível apreender no “aqui e agora”, embora essa realidade, também, compreenda fenômenos que não estão presentes nesse aqui e agora. “Toda a minha existência no mundo é continuamente ordenada pelo tempo e englobada por ele”. (p. 41) Dessa forma, o relógio, a agenda, o calendário são recursos de avaliação a respeito da maneira como o indivíduo ordena sua realidade, como também, fonte de avaliação da intersubjetividade que, outrossim, possui uma dimensão temporal.

A linguagem na situação interativa da vida cotidiana possui uma inerente qualidade de reciprocidade, conforme Berger e Luckman (1966). “A produção de signos vocais pode ser sincronizada com a produção de intenções na conversação.” (p. 52) Se concordarmos com esses autores, podemos admitir que as qualidades objetivas e subjetivas se justapõem na interação, criando e recriando realidades. Assim, quando falamos de nós mesmos, ou nas palavras dos autores, “quando nos ouvimos falar de nós mesmos”, o nosso mundo subjetivo torna-se mais compreensível nesse processo de objetificação e passa a ser mais real para nós. De modo que, “a linguagem torna a minha subjetividade mais “real” não somente na conversação, mas também para mim mesmo.” (p. 53) Ao falar de si próprio, o indivíduo cria uma narrativa sobre si, em uma “reflexão espontânea, não deliberada”, ao mesmo tempo que a compartilha com o outro, na interação.

A linguagem transcende o “aqui e agora” na vida cotidiana. Por exemplo, objetos e pessoas espacial, temporal e socialmente ausentes podem se tornar

presentes. Um vasto acúmulo de experiências e significados podem ser objetivados nesse “aqui e agora”, em que as ausências são lembradas e reconstruídas. Através das objetivações lingüísticas o indivíduo pode “falar consigo mesmo”. A linguagem pode transcender, ainda, a realidade da vida de todo o dia, ao dispor da capacidade de transpor a esfera de um sonho, para integrá-lo na ordem da linguagem habitual. “Eu posso interpretar um sonho integrando-o linguisticamente na ordem da linguagem da vida cotidiana.” (p. 55) Em um nível simbólico, como pudemos observar, a linguagem pode construir representações com forte presença no mundo cotidiano. A religião, a filosofia, a arte, a ciência seriam, historicamente, os sistemas simbólicos mais importantes dessa dimensão.

Consideramos muito úteis para as nossas articulações conceituais sobre a dinâmica familiar, as proposições de Berger e Luckmann (1966) acerca do processo de internalização da realidade. Antes de tudo, faz-se importante ressaltar que adotamos como pressuposição a idéia de que a forma como a sociedade legitima e valida suas instituições é análoga ao processo em que a família valida e legitima sua estrutura. Esta noção se apóia, também, no texto de Minuchin (1981) sobre a concepção de mundo da família, no qual esse autor incorpora tal suposição teórica de Berger e Luckmann. Posto isso, podemos iniciar a discussão, afirmando que o indivíduo se torna um membro da sociedade através de um percurso que engloba tanto a realidade objetiva quanto a subjetiva. Um processo dialético, em que “estar na sociedade é participar dessa dialética.” (Berger e Luckman, 1966, p. 149) Contudo, os autores pontuam que a socialização nunca é total ou acaba em determinado momento, ela é um processo pelo qual a realidade vai sendo reconstruída na prática da vida.

A internalização da realidade é um processo de participação social que se inicia pela aquisição de um mundo básico, a socialização primária. Os outros significativos – ou seja, a família ou representantes da mesma – mediam a entrada do filho no mundo social, eles filtram ou selecionam aspectos desse mundo e o transmitem para o seu bebê.<sup>8</sup> A socialização primária não acontece sem um forte

---

<sup>8</sup> No entanto, alertamos para o fato de que essa internalização não é uma via de mão única, entendemos que existe todo um processo de subjetivação constituído a partir da relação com a mãe e seu ambiente.

vínculo da criança com seus outros significativos, a criança internaliza o mundo dos pais como sendo “o mundo”. É algo da ordem do inevitável, e contudo esse *status* começa a ser questionado e a declinar quando na vigência da internalização secundária, a relação com os outros significativos e com os outros um pouco menos significativos, passa a ser possível.

A socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado e tudo que o acompanha é estabelecido na consciência do indivíduo. Nesse ponto, ele já pertence à sociedade, possui um *self* e um mundo internalizado. A socialização secundária é a internalização das instituições ou dos submundos. Estes últimos entendidos como realidades parciais, contrastadas com o mundo-base adquirido na socialização primária. Nesse tipo de socialização, a relação com outros significativos não é requerida: “é necessário amar a mãe, mas não o professor”. (p. 161)

O fato do processo de socialização secundária não pressupor um alto grau de identificação e seu conteúdo não possuir a qualidade da inevitabilidade pode ser pragmaticamente útil, pois, permite apreender seqüências que são racionais e emocionalmente controláveis. Também, o conteúdo desse tipo de internalização tem uma frágil e duvidosa realidade subjetiva, se comparado à internalização da socialização primária. (Berger e Luckmann, 1966, p. 164)

Assim, entendemos que possa ser mais fácil colocar de lado a realidade da internalização secundária, em função de suas características de parcialidade, de envolver conhecimentos específicos de áreas institucionais específicas como também de papéis específicos. O indivíduo pode utilizar partes de si próprio na interação, de acordo com a necessidade do contexto em que se encontra. Essa compreensão, baseada na capacidade do indivíduo mudar seu comportamento em função do tipo de interação que ocorre no subsistema é bastante explorada por Minuchin (1981) em sua prática clínica. Esse seria mais um ponto em comum entre a terapia estrutural e a teoria da construção social da realidade de Berger e Luckmann.

Minuchin afirma que os indivíduos funcionam com uma parte de suas possibilidades, dentre inúmeras outras. Essas possibilidades de ação variam conforme o contexto no qual se realizam. Dentro do vocabulário de Berger e Luckmann, citamos o exemplo destacado por eles da capacidade múltipla do *self*:

a criança que, quer queira quer não, vive em um mundo definido pelos pais, mas que pode, de bom grado, deixar a matemática para trás, tão logo saia da sala de aula.

A internalização da realidade requer uma manutenção constante ao longo da vida cotidiana. Essa manutenção se sustenta na rotina da vida de todos os dias e é mantida na consciência pelo processo social. Ela é reafirmada constantemente na interação com o outro, sobretudo com o outro significativo.

A forma mais importante de manutenção da realidade é a conversação, é através dela que a realidade é mantida, modificada e reconstruída.

É importante realçar que a manutenção da realidade na conversação é implícita, não explícita. A maioria das conversações não definem a natureza do mundo. Se isso é entendido, podemos observar que grande parte, senão toda, da conversação do dia-a-dia mantém a realidade. Realmente, o seu peso é adquirido pelo acúmulo e consistência da conversa casual, uma conversação que pode ser considerada como casual, precisamente, porque se refere à rotina de um mundo dado como certo. (Berger e Luckmann, 1966, p. 172)

Assim, a realidade é confirmada no dia-a-dia, sendo, através da linguagem, atualizada na interação. A possibilidade de modificação e reconstrução ocorre pela ruptura, pela quebra, pela discontinuidade dessa rotina banal. E a realidade subjetiva que geralmente não está em questão, pode ser alcançada.

Disso tudo, entendemos que a internalização do mundo social se dá como uma “incorporação sem digestão” e pode ser expressa, neste estado bruto, sob a forma da linguagem casual ou das frases banais. Kaufmann (2007) realça que de início podemos não compreender as frases banais, elas passam despercebidas em meio às conversações. Mas se, como pesquisadores, nos interessarmos por elas, a fim de compreendermos uma determinada concepção de mundo, deveremos rastreá-las em seus aspectos recorrentes e contraditórios nos discursos dos indivíduos.

### 3.5

#### **As histórias contadas, expressões de concepções de mundo, de si e da relação**

Vimos acima que a transição entre os paradigmas de primeira e segunda ordem comporta a afirmação da não-existência de uma realidade fora do indivíduo. Acrescentamos, ao iniciar esse item, que a passagem para a pós-modernidade envolve o conhecimento como uma prática discursiva polifônica, que emerge da qualidade relacional e da linguagem compartilhada. Isso quer dizer que a construção do discurso ocorre na interação e através da linguagem.

A dinâmica familiar, nesta investigação, será, também, compreendida sob esta perspectiva. Adotaremos a lógica da transformação, sem desprezar o conhecimento produzido sob a lógica da manutenção, proposta na primeira ordem sistêmica. A “virada” da pós-modernidade vincula-se, definitivamente, ao nosso texto como um conhecimento que, longe de ser disjuntivo, agrega e nos coloca em uma posição mais “humilde” em relação ao nosso saber e mais reflexiva em relação às famílias investigadas. Assim, questionaremos o lugar do observador como exterior ao sistema e incluiremos as emergências de perspectivas multidimensionais e complexas; a pluralidade e o entendimento de uma construção social da realidade, bem como o recurso do novo e do criativo nas histórias contadas.

Schnitman (1996; 2006) sublinha que a noção de complexidade, como princípio epistemológico do novo paradigma, permite transcender as visões unidimensionais e hegemônicas na esfera familiar. Considerando que a realidade como construída, não podemos encontrar um lugar específico para observá-la. A autora propõe, então, que o observador ou terapeuta de famílias preste particular atenção às flutuações e variações ocorridas no contexto familiar, com o objetivo de utilizá-las como potencialidades para gerar novas alternativas ou para recuperar e reciclar o já existente. Uma dimensão estética emerge a partir do incentivo de busca da criatividade, apoiada na capacidade de encontrar ou recuperar ações e sínteses de significados, de visões e versões inéditas.

As possibilidades de encontrar e recuperar significados nos levam a buscar em Gergen (1998) e sua perspectiva construcionista social os subsídios para

efetuar o transporte do pensamento pós-moderno, ou de uma epistemologia construtivista, para uma prática construcionista. Esse autor pontua que uma terapia obriga-se a permitir que as construções narrativas dos participantes sejam fluidas o suficiente, para a emergência da construção e reconstrução de significados, através do diálogo. O construcionismo seria uma consciência compartilhada. A sua emergência começa quando ocorre o desafio do conceito de conhecimento como uma representação mental e a abordagem de um conhecimento construído fora do sujeito. O autor, na defesa de sua visão de construcionismo social, se refere a uma metateoria:

O desafio do construcionismo social é o de transcender o dualismo tradicional sujeito-objeto e todos os seus problemas concomitantes e desenvolver um novo sistema de análise baseado em uma teoria alternativa, não-empírica. (...) se houvesse um diálogo entre psicólogos e colegas de mesma mentalidade em sociologia, antropologia, história, filosofia e literatura poderíamos antecipar o desenvolvimento de novos rumos teóricos, de uma metateoria para uma nova concepção de ciência e de uma renovação dos recursos intelectuais. (Gergen, 1993, p.15; 20)

Abrimos aqui um espaço para situarmos o construtivismo, de uma forma breve, enquanto perspectiva teórica norteadora da prática terapêutica familiar. Conforme Nichols & Schwartz (1998), o pensamento construtivista que influenciou radicalmente o campo das terapias familiares tem como principais mentores: Maturana e Varela e suas afirmações de que os sistemas vivos são unidades neurais autocontidas que não dependem de seus ambientes; o ponto de vista de Foerster baseado na constatação de que os observadores influenciam os sistemas por eles interpretados; a proposição de Glasserfeld de que não podemos conhecer o mundo “real”, pois dele só temos nossas imagens internas. Essas seriam as idéias mais importantes a orientar a esfera das terapias familiares

Dessa maneira, o construtivismo, ao propor a não-existência *a priori* da realidade e asseverar que a mesma era uma construção do observador, indicou aos terapeutas ou investigadores o caminho da não consideração de que o que viam na família era algo que “existia” na família. Deveriam, então, entender o que viam como uma produção de suas visões particulares do que seria um indivíduo, uma família e seus problemas: o que percebiam era o resultado de suas interações com essa família.

Na visão de McNamee (2001) o construcionismo social se apresenta sob um conjunto de práticas em uma perspectiva relacional, na qual é focalizada a construção do significado compartilhado. Tudo aquilo que é significativo emerge das relações, das comunidades e das práticas locais. No plano das formas relacionais, a autora distingue uma inteligibilidade relacional que propõe que “tudo que adquire sentido é dotado de significado para os atores sociais, emerge e se torna inteligível nas relações”. (p.114) A inteligibilidade relacional envolve a compreensão de que o importante e significativo tem como origem as relações e, assim, nossa atenção se desloca do que acontece dentro da pessoa para se concentrar no que acontece entre elas.

Em decorrência do fato de estarmos sempre relacionados, a autora sugere como recurso ampliador das capacidades relacionais o outorgar espaço às “vozes internas” na prática psicoterápica. O que significa, assim o entendemos, que internalizamos o outro através de interações, que vão se modificando e se reconstruindo em cada novo encontro interativo, ao longo de nossas vidas. Essas múltiplas vozes podem permitir “notáveis explorações de multiplicidade” na esfera investigativa, aventurar-se no percurso dessas vozes internas pode conceder a possibilidade de reconhecer e legitimar as inteligibilidades disponíveis para o enfrentamento de situações problemáticas.

Elkaïm (1995) também sublinha a importância das vozes internas e propõe que o terapeuta escute as suas próprias vozes, a partir da narrativa do paciente. Este seria um importante recurso de reflexão, uma vez que, ao escutar o paciente, ele se escuta. O autor afirma que, para interromper um padrão repetitivo, no contexto terapêutico, é preciso se abster de emitir o que é esperado e buscar alternativas inteligíveis em seu repertório interno. Essa forma de agir sustenta o que McNamee denomina de responsabilidade relacional, que consiste “em criar um cenário particular que favoreça tais ações” (p. 120)

O *self*, para McNamee (2001), não é a fonte originária de todo o pensamento e ação, pois “não se pode criar significado, nem eleger racionalmente entre várias opções que competem entre si, sem absorver, antes, as inteligibilidades de uma comunidade” (p. 115). Em suma, as ações de um indivíduo nunca são independentes. Gergen, em *O self saturado* (1991), afirma que os indivíduos internalizam as conversações que se passam ao seu redor como



esponjas; como indivíduos, somos facilmente atingidos por comunicações que nos bombardeiam no dia-a-dia. Embora não concordemos com essa visão do *self* esponja, no que concerne à noção de que não seríamos afetados pelas primeiras experiências da infância, concordamos com a visão de que o *self* é construído socialmente, nas conversações.

Adicionamos que a internalização primária, com seu enraizamento profundo, tem uma importância fundamental na construção do diálogo do dia-a-dia. Todavia, estamos de acordo com Gergen, quando este diz que a noção que temos do nosso próprio *self* é possível através da narrativa interna ou do diálogo consigo mesmo, nesse ato percebe-se a construção narrativa, internalizada a partir das conversações interpessoais. Aqui, incluímos a diferença existente nesse processo, quando ele ocorre com os outros significativos ou com os outros nem tão significativos. Essa noção de *self* é fundamental para a ótica narrativa – lembremos a visão do autor pela qual o construcionismo é definido como uma consciência compartilhada. Gergen liga, definitivamente, o *self* às práticas discursivas.

Goolishian e Anderson (1994) propõem que não formulemos a pergunta “o que é o ‘*self*’”, porque assim não nos implicaríamos em uma discussão positivista a respeito de uma realidade em si, característica do pensamento moderno. Argumentam, então, que a noção de *self* como “narrador” nos habilitaria a compreender o papel da linguagem e da narração, entendendo que a produção de significado se dá através da ação da linguagem. O *self* seria uma expressão de um ser através da linguagem e da narração. Ao narrarmos histórias uns aos outros, formamos “uma rede de narrativas que é produto de intercâmbio e práticas sociais, do diálogo e da conversação.” (p. 195) Portanto, somos co-autores das nossas narrativas. Dessa forma, o significado está sempre em processo, surge da reconstrução e da redescrção.

Para Shotter (1996), o *self* se manifesta no contato entre o nós e os outros. O autor destaca que nossa vida interior não é exatamente privada, lógica e ordenada. Ao contrário, caso pudéssemos falar do *self* como entidade, ele melhor se encaixaria em uma dimensão de incompletude, de construção e de emergência criativa.

De acordo com a argumentação de Travassos-Rodriguez (2007), o *self* deixa de ser uma descrição de um mundo mental interno e passa a ser concebido dentro de uma visão socialmente contextualizada a partir das interações e práticas sociais vigentes. De modo que as narrativas seriam organizadoras de nossas concepções de mundo e de nós mesmos, sendo que o seu foco não estaria na mente, como tradicionalmente concebido, mas nos significados gerados nas conversações. Nessa perspectiva, o indivíduo só adquire uma voz interior, um sentido identitário, se inserido no mundo da linguagem. A escrita seria uma prática cultural e historicamente contingente do uso efetivo de uma língua.

Desse modo, entendemos que a conversação gera significado e o modo como os indivíduos interpretam suas experiências tem o poder de influenciar suas vidas. Os indivíduos interpretam suas experiências sob a forma de histórias coerentes que lhes facilitam a tarefa de dar sentido aos acontecimentos que ocorrem em suas vidas. Gergen (1997) privilegia a dimensão relacional e o seu domínio de abordagem, o campo das narrativas. Para melhor compreendermos a estrutura da narrativa, lançaremos mão da afirmação desse autor de que essa estrutura tem como base as convenções sociais. Para alcançar sentido, a narrativa deve se alinhar às formas convencionais antecedentes e não à verdade dos fatos que ordenam o relato: portanto, o aspecto da coerência é privilegiado em relação aos eventos históricos, na visão do autor.

O autor distingue três aspectos da narrativa, no que tange à sua inteligibilidade, em nossa cultura: a narrativa estável, a progressiva e a regressiva. A narrativa estável é um formato pelo qual os eventos se referem à história do protagonista de uma maneira equilibrada, em relação ao alcance das metas estabelecidas: ou seja, há pouca alteração no desenrolar dos acontecimentos. Não há altos ou baixos na narração. Já a narrativa progressiva, envolve, ao contrário da anterior, uma tendência à evolução dos acontecimentos: eles crescem continuamente, tornam-se mais intensos, marcantes, no sentido de inclinação narrativa positiva. Por último, a narrativa regressiva é um formato de narração decrescente, no sentido do negativo e da falha. Segundo o autor, esses formatos podem se combinar e constituir narrativas mais complexas, como por exemplo a comédia romântica, que pode abarcar uma inclinação regressiva e posteriormente, uma progressiva.

Assim, entendemos que as narrativas se desenvolvem em contextos de diferentes exercícios de dramaticidade, alternam-se os heróis e os vilões, bem como os fracassos e os sucessos ou, ainda, as previsibilidades do dia-a-dia. Terapeutas e pesquisadores podem reconhecer que as histórias contadas pelos pacientes ou investigados afetam suas percepções e a interpretação dessas percepções. A concepção de um *self* maleável ou plástico, constantemente exposto às narrativas provenientes do contexto em que se vive, leva o terapeuta ou o investigador a refletir sobre esse contexto, cujos discursos oficiais podem excluir ou marginalizar alguns grupos sociais.

O processo conversacional é adotado por Shotter (2003) como foco de investigação construcionista e, ao se concentrar no momento interativo, estabelece descrições detalhadas da dinâmica envolvida nessas transações. Por exemplo, sua descrição do discurso corporificado corresponde a uma ampliação da concepção de linguagem na interação face a face. Nesse tipo de discurso, a linguagem se dá, também, pelo corpo, por gestos e expressões que por sua vez estão também vinculados a outros significados sociais. Assim, “as respostas das pessoas umas às outras são vividas, sentidas, no interior da conversação e podem ressentir significados passados.” (p. 446) Dessa forma, trata-se de um discurso espontâneo e não convencional, que amplia a descrição do entendimento na conversação. Esse uso corporificado da linguagem ocorre em função da característica de vivermos em um constante movimento de espontaneidade e reciprocidade em relação ao outro e ao mundo.

Encontramos, ainda, em Shotter (2003), a descrição de ação conjunta que estaria intimamente vinculada à intencionalidade no diálogo. Quando dizemos algo, podemos acreditar que conseguimos expressar nossa intenção: contudo, se pensarmos como o autor, essa intenção vai depender do contexto em questão, pois o que antecipamos depende da troca interativa, do momento interativo. Portanto, nossas conversações podem produzir resultados imprevisíveis e não-intencionais e, assim, o significado pode ser produzido a partir da incerteza.

Acreditamos que o contexto social, cultural e histórico tem importância fundamental na emergência de qualquer significado. White (1990) afirma que a externalização do problema é um instrumento terapêutico que visa instigar o paciente a coisificar ou personificar o problema que o oprime. Para o investigador,

esse processo é, também, uma ferramenta de escuta bastante útil, uma vez que proporciona uma apreensão aprofundada de concepções de mundo e de si dos participantes, por meio de suas narrações. White apresenta o processo de externalização do problema como uma possibilidade de reconstituição de si próprio, do outro e das relações. A partir de sua prática clínica, o autor sistematiza formas de abordagem ou de incentivo à fala dos pacientes, que os incitam a relatar o problema e a recontá-lo sob novas perspectivas. Os pacientes levam ao terapeuta uma descrição saturada do problema: esse seria o “discurso dominante da vida familiar”. (p. 54) A externalização do problema ajuda os indivíduos a se separarem desses discursos dominantes, que moldam suas vidas. Ao relatarem, entram em contato com “aspectos ignorados, porém cruciais” (p. 55), que se encontravam imperceptíveis em função da pregnância do relato dominante.

Esses aspectos, então ignorados, são denominados por White como acontecimentos extraordinários que passam a compor um relato extraordinário, ou seja, uma história ressuscitada que organiza esses novos elementos e redescreve o relato inicial. Para tanto, o autor se ampara em perguntas encadeadas, que convidam ao rastreamento da questão.

Então, se pode introduzir perguntas que levam as pessoas a um aprofundamento na aplicação destas histórias alternativas. Essas perguntas levam a investigar algumas das “possibilidades extraordinárias” e novas, que acompanham o relato extraordinário e as redescrições extraordinárias das pessoas e das suas relações. (White, 1990, p. 56)

White fala de perguntas de influência relativa, que seriam colocadas logo na primeira entrevista e que teriam como objetivo “separar a pessoa do problema”. Esta conduta também se mostra frutífera fora do contexto terapêutico. No âmbito da investigação exploratória de campo com famílias, essa abordagem pode gerar uma descrição saturada pelo problema, na vida familiar. Seria um relato mais extenso do problema em si, ou da questão em si, que o oferecido habitualmente. Vejamos como esse autor propõe as perguntas iniciais. Em um primeiro momento, estimula as pessoas a compor um mapa da influência do problema sobre suas vidas e relações. Após o quê, compele-as a descrever suas próprias influências sobre a “vida” do problema. Dessa forma, promove a conscientização dos efeitos

que o problema tem sobre suas vidas e relações e a exposição de contradições em relação ao relato dominante.

Conforme Epston (1998), contar uma história significa oferecer uma estrutura para a experiência vivida: “nossas vidas são modeladas ou constituídas pelo próprio processo da interpretação, dentro do contexto das histórias nas quais entramos e nas quais somos incluídos pelos outros.” (p. 120) Interpretamos as interpretações dos outros, confiando em nossa experiência e em nossa imaginação: assim, imprimimos sentido às nossas vidas, tanto para os outros, quanto para nós mesmos. Isso constitui um processo de interpretação baseado na organização e na estruturação das experiências, as quais necessitam serem ordenadas, por meio da padronização de experiências já conhecidas. Em outras palavras, a “história é uma unidade de sentido que oferece uma estrutura para a experiência vivida (...) e vivemos nossas vidas através dessas histórias”. (Epston, 1998, p. 119)

No entanto, como argumenta o autor, não basta sermos autores do nosso texto: precisamos colocá-lo em cena, atuá-lo, para que seja possível o efeito transformador. É na atuação que se pode reescrever experiências e relacionamentos, em uma continuidade de existência que supera a encenação anterior: um processo de reautoria do próprio relato. Epston esclarece que as histórias, de início, são dadas, determinadas, pré-figuradas por narrativas já existentes, nas quais certos eventos não são considerados por carecerem de sentido. Entretanto, em função da ambigüidade e incerteza que encontramos nos relatos cada vez que os contamos, somos instados a preencher essas lacunas através de nossa experiência e imaginação. Isso constitui o que o autor designa como processo de originação, ou seja, tornar original o que antes era uma cópia.

Essa reautoria poderia ter algo em comum com a literatura de auto-ajuda? Epston argumenta que a diferença entre esse processo e a auto-análise da psicologia “popular” consiste na condição imperativa de um processo dialógico, ou seja, a encenação diante de um outro significativo ou legitimado, na qual a “nova” história irá alcançar sua autenticidade reconhecida. Portanto, o significado emerge da conversação e a mudança necessita de legitimação.

De acordo com Guanaes (2006) a perspectiva da mudança em um contexto construcionista envolve os “processos discursivos e relacionais locais em que a

construção dinâmica de sentidos de mundo, de problema e de si se dá.” (p.68) Ela seria, assim, uma condição imanente ao diálogo. Dialogar é estar aberto à influência do outro, apresentando e mudando descrições de mundo e de si. Portanto, a mudança, sob esse olhar, só é possível na prática discursiva e “só pode ser avaliada a partir dos discursos construídos sobre ela no contexto de relacionamentos e não, como propõem algumas terapias modernas, como aquisição estável, individual e interna.” (p. 68)

Uma outra questão se impõe para o prosseguimento de nossas articulações de bases conceituais no campo da terapia familiar: a formulação de “perguntas circulares” que propiciam a expressão de narrativas dos participantes. Os autores citados neste item, no domínio das terapias narrativas, parecem unânimes em apontar que as “perguntas que geram perguntas” são fundamentais para a produção da história contada. Cecchin (1994), ao falar da curiosidade do terapeuta de famílias, expõe, a partir de Maturana e Varela, que o que se percebe em um sistema é um encaixe de seus membros entre si e qualquer tentativa de explicá-lo, por via causal, resulta em uma história construída por um observador. A curiosidade do terapeuta a respeito desse encaixe pode gerar uma nova forma de ação e interpretação e uma multiplicidade de outras histórias.

O autor nos fala de um terapeuta “artífice da conversação”: “o terapeuta tenta desbloquear as restrições lógicas que mantêm o estado estanco do sistema; seguidamente este objetivo é alcançado com perguntas circulares sobre o futuro ou condicionais.” (p. 220) Goolishian e Anderson (1994) afirmam que a tarefa do terapeuta é encontrar a pergunta para a qual o recontar imediato da experiência e da narração apresente uma resposta. As perguntas não dependem de uma metodologia e sim da interação. “A narração codesenvolvida propõe ao terapeuta, incessantemente, qual será a próxima pergunta.” (p. 197) Sendo assim, cada história contada na conversação requer novas e diferentes perguntas. A formulação dessas perguntas permite o alcance das subjetividades narradas.

De acordo com Goolishian e Anderson (op. cit.) essas perguntas são emitidas a partir de uma posição de não-saber do terapeuta, em função da premissa de que não se pode saber o que não foi dito no diálogo. A respeito dessa posição de não-saber, consideramo-la uma afirmação controversa, uma vez que não compartilhamos da idéia de que sejamos uma tela em branco.

Retornando à discussão inicial deste item, acerca da pós-modernidade no campo da terapia familiar, sublinhamos os esclarecimentos de ElKaïm (1994) a respeito da quebra de paradigma teórico nesse domínio. De acordo com o autor, a proposta de entender os sistemas, inclusive o familiar, como abertos e distantes do equilíbrio – ou seja, a proposta sistêmica de segunda ordem – concede à prática clínica de famílias uma evolução, no sentido de que ao agregar a noção de tempo e história o sistema pode escolher seu funcionamento. Esta abordagem sugere que a ligação entre o passado e o contexto presente dá lugar a uma transformação, a um novo estado, qualitativamente diferente do anterior, possibilitando que o sistema se modifique em sua totalidade.

A partir de sua prática clínica, ElKaïm (1995) recoloca em seus termos, o dito salto qualitativo no âmbito do sistema, ao afirmar que a família, abordada como distante do equilíbrio, ganha “pouco a pouco flexibilidade”. Para o autor, o estudo da função acrescido do estudo do sentido – uma dupla perspectiva sistêmica – é capaz de levar em conta a riqueza da realidade do campo familiar.

O conceito de agrupamento resolve esta parcialidade, segundo o autor:

Essa incapacidade da abordagem sistêmica em se aperceber, entre outras, da emoção estética ou das mudanças bruscas de estados afetivos me levou a passar de uma leitura que enfatizava os sistemas a uma visão que privilegiava os agrupamentos. A riqueza do conceito, a meu ver, decorre de sua capacidade de refletir a inesgotável riqueza da realidade. Na verdade, permite que se relacionem os elementos genéticos, biológicos ou sistêmicos aos elementos de uma ordem totalmente diversa: elementos de comunicação de massa ou sociais, homogêneos, sérios e esperados ou surpreendentes pelo aspecto derisório que demonstram etc. (Elkaïm, 1995, p. 325)

Dessa forma, o autor afirma que a experiência não é só uma questão de sentido e de função: ela ultrapassa essas dimensões, na medida em que o conceito de agrupamento propõe uma justaposição ou integração de elementos inusitados que permitem uma nova percepção da realidade.

Ao olharmos as famílias de adultos, vemo-nos diante da complexidade do nosso objeto. As regras familiares e a hierarquia, por exemplo, não são categorias *a priori*, são construídas, sustentadas, questionadas e negociadas nas relações entre os membros da família. E nesse processo de construção colaboram a cultura, a singularidade, o gênero, os imperativos sociais e outros, que se constituem em uma rede de múltiplos atravessamentos. Pretendemos, neste estudo, evocar

construções inusitadas, a fim de obtermos uma percepção inédita da realidade vivida no espaço familiar a ser investigado. Aspiramos compreender como pais e filhos adultos negociam ou rompem suas regras e como, em um campo horizontal de poder, poderiam recuperar uma hierarquia desautorizada.

Para tanto, as histórias que nos serão contadas, pelos participantes da investigação, passarão pelo crivo da desconstrução dos relatos dominantes. As ambigüidades e as incertezas serão rastreadas, para encontrarmos o desapercibido nesses discursos e, assim, obtermos possibilidades de expressões reformuladas dos significados atribuídos a essas experiências relacionais. Dessa maneira, essa relação entre pais e filhos adultos, experimentada na convivência cotidiana, será revisitada através de uma ação conjunta entre investigador e os participantes, com a finalidade de localizar os padrões interativos, que estruturam e organizam esse universo relacional. A dinâmica interacional será, então, observada, através desses relatos, e os participantes serão incentivados a refletir acerca do momento em que vivem na relação. Isso quer dizer que serão instados a refletir sobre como constroem e reconstroem, na vida do dia-a-dia, a convivência e quais mecanismos utilizam para garantir a preservação de seus espaços pessoais e dos espaços comuns na relação.

Após essas considerações, concordamos com Schnitman (1994) quando diz que no campo da psicologia e em particular, na psicoterapia, perdemos a ilusão de que podemos contar com uma narrativa ou um discurso capaz de fornecer uma diretriz para as formas de vida contemporânea. Para analisar as relações humanas de uma forma mais enriquecida, precisamos de mais ferramentas, de múltiplos focos e de um posicionamento criativo.

Enfatizamos que os conceitos expostos e organizados neste capítulo foram aqueles com os quais temos mais familiaridade e que utilizamos em nossa prática clínica com famílias. Desse modo, eles se articulam, mais intimamente, em função de um objetivo específico que vem a ser construir um domínio teórico norteador, para o empreendimento de uma análise de pesquisa de campo com família de adultos. Assim, dispomos de uma quase-teoria, aberta e passível de transformação ao entrar em contato com os textos produzidos, a partir das histórias contadas pelos participantes. De uma potencial teoria poderá se fundamentar uma teoria construída, especificamente, para analisar a relação pais e filhos adultos



coabitantes, em um contexto de vida cotidiana familiar. Entendemos que, no confronto com as histórias relatadas, esses conceitos, compreendidos como “fios soltos”, se transformem e nos orientem em nossa navegação, a fim de construir um corpo teórico de análise.